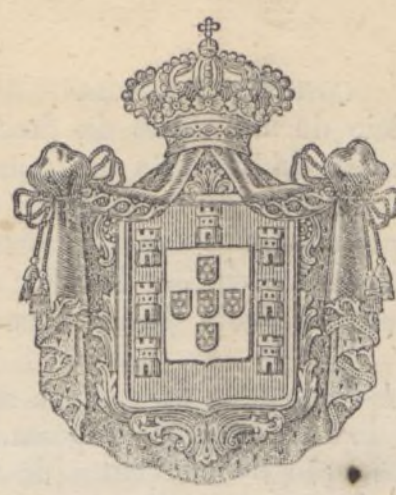


ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis meses	5\$600
Por tres meses	3\$000
Avulso por folha	2040
Anuncios, por linha	2060

A correspondencia official da capital de ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.



ASSIGNATURAS

Por um anno	12\$000
Por seis meses	6\$600
Por tres meses	3\$600

Comunicados e correspondencias, por linha 2060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

REPARTIÇÃO DE CONTABILIDADE

Para os effeitos de que trata o artigo 2.º da carta de lei de 24 de agosto de 1848, annuncia-se haver requerido por este ministerio o bacharel Custodio de Faria Pereira da Cruz, na qualidade de unico e universal herdeiro do seu finado irmão o dr. Francisco de Faria Pereira da Cruz, o pagamento do que a este se ficara devendo como professor, que fora, do lyceu nacional de Braga.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

1.ª Repartição

DESPACHOS QUE TIVERAM LOGAR POR DECRETOS DE 14 DO CORRENTE

Bacharel José Miguel Leitão de Magalhães—transferido do lugar de delegado do procurador regio na comarca da Certã para identico lugar de delegado na comarca de Fronteira.

Bacharel João Baptista de Sousa Falcão—transferido do lugar de delegado do procurador regio na comarca de Fronteira para identico lugar de delegado na comarca da Certã.

DESPACHOS QUE TIVERAM LOGAR POR DECRETOS DAS SEGUINTES DATAS

1860
Janeiro, 24 João Xavier Teixeira de Magalhães—provido no officio de escriptivo e tabellião do juizo ordinario do julgado de Botica, na comarca de Montalegre, vago pelo novo despacho de José Joaquim de Almeida.

25 João de Lemos de Figueiredo—provido no officio de escriptivo do juizo de paz do districto de S. Pedro em Alemquer, vago pela exoneração concedida a Jorge Milne.

Fevereiro 14 José Joaquim de Campos Santos, que foi escriptivo e tabellião do juizo de direito da comarca de Arganil—provido, a titulo de compensação, no officio de tabellião de notas da cidade de Portalegre, vago por fallecimento de Diogo Fausto Reixa da Costa.

Francisco Antonio de Sousa Esteves Junior—provido no officio de escriptivo e tabellião do juizo de direito da comarca da ilha de Santa Maria, vago pela desistência de Francisco Antonio de Sousa Esteves.

Manuel Illídio de Pinho Carneiro, que era escriptivo e tabellião do juizo de direito da comarca de Estremoz—transferido para identico officio de escriptivo e tabellião da comarca de Villa Real, vago por fallecimento de Joaquim Maria da Silva Barbosa.

Alvaro Bernardino Cabral, que foi escriptivo e tabellião do juizo de direito da comarca de Setúbal, e ultimamente era tabellião de notas da cidade d'Elvas—provido, a titulo de compensação, no officio de escriptivo e tabellião do juizo de direito da comarca de Estremoz.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOS NACIONAES

Por ordem superior se declara, que foi mandado retirar da praça, que deve ter logar perante o governador civil do districto de Portalegre, no dia 8 de março futuro, o foro n.º 26536, contemplado na lista 1694; a fim de se proceder a novas averiguações.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 23 de fevereiro de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

Pelas ultimas noticias recebidas de Macau consta, que, havendo o governador reclamado ao vice-rei de Cantão, e ao administrador da alfandega da mesma cidade, contra a pena de confisco, que se pretendia impor ao vapor portuguez *Shamrok*, pelo facto de ser apprehendido em um porto vedado ao commercio estrangeiro, e de fazer contrabando, fora por aquellas autoridades mandado entregar ao seu proprietario, mediante tão sómente o pagamento da devida multa; e que, na conformidade do que o mesmo governador exigira, a bandeira portugueza fora içada no mesmo vapor, antes da sua entrega, como demonstração de que nenhuma offensa se pretendia fazer-lhe quando indevidamente havia sido arreada por occasião da apprehensão d'aquelle navio.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

REPARTIÇÃO CENTRAL

Attendendo ao que representou o praticante da administração central do correio de Vizeu, Manuel de Figueiredo e Sá, e conformando-me com a proposta, que a seu respeito fez subir o conselheiro sub-inspector geral dos correios e postas do reino: hei por bem conceder-lhe a exoneração do sobredito lugar de praticante, para que havia sido nomeado por decreto de 10 de novembro de 1858.

O ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, assim o tenha entendido, e faça executar. Paço, em 15 de fevereiro de 1860.—REI.—Antonio de Serpa Pimentel.

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição de agricultura

Sendo-me presente a conta que a commissão reguladora da agricultura e commercio dos vinhos do

Douro, com data de 7 do corrente mez, fez subir ao meu real conhecimento, da qual consta, que, na conformidade dos respectivos regulamentos, se effectuaram as provas e qualificação dos vinhos pertencentes á ultima novidade; visto que a quantidade de seis mil novecentas vinte e nove pipas de vinho, approvadas pelo jury qualificador, é inferior á quantidade exportada no anno antecedente; e conformando-me com o parecer da referida commissão: hei por bem ordenar, que sejam habilitadas para exportação universal seis mil novecentas vinte e nove pipas de vinho da novidade de 1859, produzidas no districto da demarcação do Douro.

O ministro e secretario d'estado das obras publicas, commercio industria, assim o tenha entendido, e faça executar. Paço das Necessidades, em 11 de fevereiro de 1860.—REI.—Antonio de Serpa Pimentel.

DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS

Repartição de obras publicas

Dando parte o governador civil do districto de Santarem, no seu officio de 3 do corrente, de ter assistido a uma reunião extraordinaria da camara municipal da Gollegã, a que concorreram os principaes lavradores do concelho, com o fim de se continuarem as plantações na margem direita do Tejo, desde a quinta da Labruja até aos limites do mesmo concelho, prestando-se da melhor vontade os individuos que se achavam presentes a concorrer com toda a maracha que possuissem, e subcrevendo, desde logo, com a quantia de 441\$600 réis: ha por bem Sua Magestade El-Rei ordenar, que o referido governador civil faça constar á mencionada camara,

bem como aos ditos proprietarios, que se tornam dignos de louvor pelo empenho que mostraram em effectuar um trabalho de tão reconhecida utilidade, ficando porém o mesmo funcionario na intelligencia de que a referida plantação deverá ser feita de baixo da inspecção do superintendente das obras do Tejo, com quem combinará a este respeito.

Paço, em 22 de fevereiro de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel.—Para o governador civil do districto de Santarem.

Sua Magestade El-Rei, a quem foram presentes os estudos relativos aos dois traçados propostos para o longo da estrada de Braga a Valença, comprehendido entre o Cavado e a Portella do Vade: ha por bem, conformando-se com o parecer do conselho das obras publicas, approvar o traçado que atravessa os rios Cavado e Homem mais perto da sua confluencia, segue a margem direita d'este ultimo rio, affastando-se mais para o norte, passa em Villa Verde e Pico de Regalados, d'onde sobe á Portella do Vade; cumprindo porém que na passagem do rio Homem, e na subida para a dita Portella, se modifique o projecto, nos termos descriptos na parte da consulta do mesmo conselho, que por cópia acompanhava a presente portaria. O que se participa ao director das obras publicas do districto de Braga para seu conhecimento, devendo enviar, quanto antes, a este ministerio, o projecto definitivo e o orçamento respectivos á referida estrada, nos termos que ficam indicados.

Paço, em 22 de fevereiro de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel.—Para o director das obras publicas do districto de Braga.

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Nota dos preços correntes dos fundos publicos da praça de Londres, em 16 de fevereiro de 1860

Consolidados	(em dinheiro)	94 1/2 a 94 3/4
Fundos da India	(em conta)	94 1/2 a 94 3/4
		103 1/2 a 103 3/4—103 1/2—103 1/2

FUNDOS ESTRANGEIROS

Austriacos	de 5 por cento	102	104
Belgas	de 4 1/2	98	100
	de 1858, de 4 1/2 por cento	93	94—94
Brazileiros	de 1852	93	94—94
	de 5 por cento	102	104
	de 6	103	104
Chilenos	de 3	71	73
	de 4 1/2	86	87
Dinamarquezes	de 3	71	72
	de 5	66	67
Allemaes	de 4 1/2	101	103
Mexicanos	de 3	21	21 1/4—21 1/4
Peruvianos	de 4 1/2	94	95
	de 3	71	72
Russos	de 4 1/2	64 1/4	64 1/4—65
	de 5	97	99
Sardos	de 5	109	111
	de 3	84 1/2	85 1/2—85 1/2
	differida	44 1/4	44 1/4—44 1/4
		33 1/4	33 1/4—34
Hespanhoes	passiva	11	12—12
	certificados	4 1/2	5
	interna, de 3 por cento	78 1/2	79—78 1/4—79 1/4—79 1/4
Turcos	de 4	101 1/2	102
	de 1858, de 6 por cento	65 1/2	66 1/4—66 1/4—66 1/4—66 1/4
	de 1853, de 3	43 1/4	44 1/4
Portuguezes	de 1856—1857—1859	—	—
	differida	—	—

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 23 de fevereiro de 1860.—João Palma de Faria Lacerda.

REPARTIÇÃO DE FAZENDA DO DISTRICTO DE LISBOA

Pela repartição de fazenda do districto de Lisboa se lembra aos contribuintes que têm de satisfazer collectas nos bairros de Lisboa e concelhos de Setúbal e Grandola, que os cofres, para a recepção da contribuição predial e impostos de quotidade, se acham abertos, nos locais abaixo mencionados, desde o 1.º do corrente mez, e não de encerrar-se no dia 1.º de março seguinte. Lembra-se igualmente que a cobrança, por meio de avisos, de que resulta o au-

mento de 3/10 para as verbas assim arrecadadas, deverá findar no dia 15 de abril proximo futuro, sendo logo no dia immediato relaxadas as certidões dos conhecimentos que existirem nas recebedorias, procedendo-se executivamente contra os contribuintes, que n'aquella data se acharem devedores á fazenda nacional. Os collectados portanto que não quizerem ver as suas verbas sobrecarregadas com os 3/10 do aviso, ou com as custas da execução, deverão solver os seus debitos até ao indicado dia 1.º de março.

Locaes em que se acham abertos os cofres para a recepção dos impostos

BAIROS	FREGUEZIAS	LOCAES
	Freguezia de S. Paulo	Rua de S. Paulo n.º 44, 2.º andar
	de Santos	
Alcantara	de S. Paulo	Rua do Assento n.º 27
	de S. Paulo em Alcantara, intra muros	
	de Santa Isabel	Calçada da Estrella n.º 52
	de Santa Catharina	Travessa da Laranjeira n.º 13, 3.º andar
	de Santa Engracia	Rua Nova da Palma n.º 4
Alfama	de S. Vicente e annexas	
	dos Anjos	Rua direita dos Anjos n.º 150, 1.º andar
	do Socorro	
	de S. Jorge, intra muros	Rua do Molino de Vento n.º 57
	da Encarnação	
	das Mercês	Rua dos Calafates n.º 119
Alto	de S. Mamede	
	de S. Sebastião da Pedreira, intra muros	Rua do Loreto n.º 87, 2.º andar
	do Sacramento	
	da Pena	
	do Coração de Jesus	
	de S. Nicolau	Rua da Ammeçada n.º 12, 2.º andar
	de S. José	Rua de Santo Antonio n.º 130
	de Santa Justa	Rua do Amparo n.º 21, 3.º andar
Rocio	de S. Julião	
	da Conceição Nova	
	dos Martyres	Praça de D. Pedro n.º 112, 1.º andar
	da Magdalena	
	da Sé	
Concelho de Setúbal		Largo do Passadizo
	de Grandola	Na villa

Repartição de fazenda do districto de Lisboa, 20 de fevereiro de 1860.—O delegado do thesouro, João Felix Alves de Minhava.

CONSELHO DE SAUDE PUBLICA

O conselho de saude publica do reino manda annunciar que se acha a concurso o logar de fiscal de saude no porto de S. Martinho, no districto administrativo de Leiria, com o ordenado annual de réis 48\$400.

Os facultativos que pertencerem ser providos no referido logar apresentarão n'esta repartição seus requerimentos devidamente documentados, dentro do prazo de 20 dias contados da publicação do presente annuncio.

Secretaria do conselho de saude publica do reino, 20 de fevereiro de 1860.—O secretario, José Pedro Antonio Nogueira.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Precisa-se de enfermeiros para a armada. Os individuos que forem admitidos no respectivo quadro terão as vantagens consignadas no decreto de 20 de outubro do anno proximo findo. No hospital da marinha se recebem os requerimentos dos pretendentes a estes logares, e se dão os esclarecimentos necessarios.

Hospital da marinha, 16 de fevereiro de 1860.—Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos, presidente do conselho de saude naval e do ultramar.

O conselho de saude naval e do ultramar pertencente do fornecimento de carne de vacca, pã

alvo, e generos de mercearia para dietas dos doentes do hospital da marinha: as pessoas a quem interessar este annuncio queiram comparecer no dito hospital no dia 25 do corrente mez, ás onze horas da manhã.

Lisboa, 22 de fevereiro de 1860.—O 1.º official, João Maria Soares.

ADMINISTRAÇÃO DO BAIRRO DO ROCIO

Tendo de proceder-se á numeração dos predios da rua do Amparo, praça da Figueira, largo da rua dos Cannos, travessa nova de S. Domingos, e beco da Povoia, segundo o systema adoptado no edital do governo civil de Lisboa, do 1.º de setembro ultimo, proviém-se os respectivos proprietarios para virem ou mandarem saber á administração do bairro do Rocio, no prazo de cinco dias, os numeros que competem aos seus predios, na intelligencia de que, não comparecendo, se procederá na conformidade do que se dispõe nos artigos 12.º e 13.º do mencionado edital.

Administração do bairro do Rocio, 23 de fevereiro de 1860.—O escriptivo da administração, Francisco Maria de Sequeira Pinto.

TRIBUNAL DO COMMERCIO DE SEGUNDA INSTANCIA

Pelo tribunal do commercio de 2.ª instancia corre edital de 30 dias, em que é citado Antonio Bento Alves de Carvalho, para no dito prazo que corre da data d'este annuncio preparar a appellação vinda do tribunal do commercio d'esta cidade, em que o mesmo é appellante, e appellado João Lourenço, da qual é relator o conselheiro Carlos Cardoso Moniz Castello Branco Bacellar, e escriptivo João Carlos Vieira da Cruz, com a comminação de, não o fazendo, ser na primeira sessão, depois de findos os ditos 30 dias, julgada deserta, na conformidade do decreto de 24 de abril de 1847.

Lisboa, 4 de fevereiro de 1860.—João Carlos Vieira da Cruz.

Pelo tribunal do commercio de 2.ª instancia corre edital de 30 dias, em que é citado Ignacio José de Sousa, Pedro José da Silva Maia e Francisco José Lopes, para no dito prazo, que corre da data d'este annuncio, prepararem a appellação vinda do tribunal do commercio da cidade de Braga, em que os mesmos são appellantes, e appellado João Evangelista de Sousa Torres e Almeida, da qual é relator o conselheiro Fernando de Magalhães e Avelar, e escriptivo João Carlos Vieira da Cruz, com a comminação de, não o fazendo, ser na primeira sessão, depois de findos os ditos 30 dias, julgada deserta, na conformidade do decreto de 24 de abril de 1847.

Lisboa, 4 de fevereiro de 1860.—João Carlos Vieira da Cruz.

Pelo tribunal do commercio de segunda instancia corre edital de 30 dias, em que é citado Manuel Custodio, para no dito prazo, que corre da data d'este annuncio, preparar a appellação vinda do tribunal do commercio d'esta cidade, em que o mesmo é primeiro appellante, e segundo appellante a companhia de seguros *Segurança*, da cidade do Porto, da qual é relator o conselheiro Fernando de Magalhães e Avelar, e escriptivo João Carlos Vieira da Cruz, com a comminação de, não o fazendo, ser na primeira sessão, depois de findos os ditos 30 dias, julgada deserta, na conformidade do decreto de 24 de abril de 1847.

Lisboa, 4 de fevereiro de 1860.—João Carlos Vieira da Cruz.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que saíra, a 25 do corrente, para D. Lacerda, com escala pela Madeira, o patacho *Flor do Púchali*, e a 10 de março, para S. Thomé e Príncipe, o patacho *Gloria*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até aos referidos dias, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, 23 de fevereiro de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

CARTAS E JORNAES RETIDOS POR FALTA DE SELLOS

Para Lisboa

Antonio Diniz do Couto Valente—Barão de Villa Cova—J. M. Garcia, João Antonio Gonçalves—Marquês Montes—Viscondessa da Luz.

CARTA RETIDA POR FALTA DE FRANQUIA

Para New York

John Osborn.

Administração central do correio de Lisboa, em 22 de fevereiro de 1860.

INTENDENCIA DAS OBRAS PUBLICAS DO DISTRICTO DE LISBOA

A intendencia das obras publicas do districto de Lisboa pretende dar de arrematação a construção de tres portões do quartel da 1.ª companhia de cavallaria da guarda municipal de Lisboa em Cabeço de Bolla, e bem assim os arranjos precisos no quartel do sargento.

Quem pretender arrematar as ditas obras póde comparecer na dita intendencia no dia 2 de março ao meio dia.

As condições acham-se patentes na intendencia. Lisboa, 23 de fevereiro de 1860.—João dos Santos e Silva, 1.º escriptuario.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

Em virtude de resolução da camara dos dignos pares do reino, tomada em sessão de 11 do corrente, se publica o seguinte:

Dignos pares do reino.—É doloroso, é para lamentar, que a inviolabilidade dos direitos civis e politicos dos cidadãos portuguezes, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, garantida nos 34 §§ do artigo 145.º da carta constitucional da monarchia, não esteja ainda, passados mais de trinta annos depois do juramento da mesma carta, mantida e desenvolvida por leis regulamentares, de modo que a promessa feita pelo generoso e sempre chorado dador d'esse código sagrado, se possa dizer uma verdade, uma realidade constitucional, assim no preceito, como na sua execução.

Para que o direito de propriedade seja mantido em toda a sua plenitude; cessem a respeito d'elle os privilegios, ou se tornem inoffensivos á causa publica; para que a divida publica seja garantida pelo credito do estado, tendo por base o credito territorial; para que a igualdade proporcional na distribuição dos impostos possa ter logar; para que com fim as leis relativas á propriedade nos bens immoveis a defendam com equidade: em observancia dos §§ 12.º, 14.º, 15.º, 21.º e 22.º do citado artigo 145.º da mesma carta, muito deverá concorrer o código regulamentar do credito predial, que terei a honra de novamente apresentar n'esta camara n'esta mesma sessão.

Hoje venho eu solicitar da camara a sua benevolencia e patriotismo para outra proposta de lei, que tem por objecto especial a execução do § 8.º do artigo 145.º da mesma carta constitucional.

Despertou-me a particular attenção sobre este objecto a possibilidade de escandalos, que causem graves prejuizos e risco de vida, a portuguezes, que não tenham cometido crime algum, e que mesmo tendo prestado ajuda, conselho, ou favor em relação a factos, porque sejam indicados, e que outrem tenha praticado, não teriam pena, ou deveriam facilmente rebater a calúnia, desviar a oppresão, em sua plena liberdade.

Os excessos de autoridade, os abusos de poder, não se acham em identidade de circumstancias prevenidos, como cumpre, na legislação em vigor.

Quiz a lei que, nos interesses da repressão do crime, os simples mandados de custodia contra réus pronunciados, tivessem execução em todo o reino; mas esqueceu ao legislador providenciar para os casos em que por essa execução tivessem de ser conduzidos á prisão, e d'ella transportados os mesmos réus de cadeia em cadeia para outra comarca, nos casos em que a lei admite a fiança, ou o livramento com soltura.

Esqueceu-lhe prover de remedio, quando sobre as necessidades da repressão preponderassem as da segurança individual; quando pela menor gravidade do crime se devem restringir os casos da prisão preventiva.

A custodia dos réus em processo é uma pena sem sentença, que póde confundir o innocente com o culpado, e causar males que uma absolvição não póde reparar.

Se a defeza social nos crimes de homicidio, roubo, furto qualificado, moeda ou notas falsas, ou attentatorios da segurança interior ou exterior do estado, exige que sejam custodiadas as pessoas indicadas; essa rasão não justifica o mesmo procedimento quando, em rasão da menor gravidade do facto e da pena, a sociedade não carece de violentar ou de restringir a liberdade natural do homem.

Não só os principios da justiça absoluta, mas as conveniencias sociais pedem que, em taes casos, se não ponham limites á actividade do cidadão, pois em regra, é tambem a sociedade, a familia, que soffre com taes violencias.

Este mal se agrava com o estado das nossas prisões. Em quanto não houverem casas especies de detenção ou de custodia, é a mais grave, a mais atroz das injustiças, encerrar n'essas casas homens ainda não condemnados, e com estes confundidos, sem distincção em rasão de crime, ou da idade, ou das condições.

Sendo actualmente as nossas prisões, que servem para tudo, e para todos, nada menos que, escolas de vicio, charcos de immundicie, causa permanente de infecção moral e physica, a sociedade pretendendo segurar um criminoso, se o é, não faz mais que acrisolar a sua perversidade, torna-la mais complexa, mais completa, e mais perseverante; não faz, mais que engordar a fera que ha de um dia tragar vidas, honra, e propriedade.

Se o preso é um innocente, se não tem predisposição para a carreira do crime, se o facto illicito porque é encerrado não é d'aquelles que fazem estremecer a sociedade; se a virtude, se a educação póde fazer com que esse preso resista moralmente ao ar infecto da detenção, a sua paciencia tem limites, a sua saude, a sua vida, póde correr imminente risco.

Este objecto, para cumprimento do mesmo artigo 145.º § 20.º da carta constitucional, deverá merecer a esta camara uma solicitude especial. Elle é um dos que me tem merecido exames e attenção, assim no reino como no estrangeiro, e se as forças me não abandonarem, é meu proposito offerecer n'esta camara dentro em pouco, um projecto de regulamento geral sobre systema penitenciario e prisões do reino.

Por em quanto, porém, deve-se tremer diante da necessidade legal de se autorisar a detenção preventiva nas actuaes cade

de que o caso não admitte fiança, por mais absurdas e ilegais que lhes pareçam essas declarações; neutralisa os salutaros efeitos do citado § 8.º do artigo 145.º da constituição do estado, ou antes é causa de agressão, que sophisma e ludibria a mesma constituição, quando se der o caso de um juiz que, por excesso de zelo, por ignorância, ou por outras causas mais ignobis, preste a sua autoridade para ser instrumento de sordidos manejos, ou de vindicta privada.

Não é só nas casas de habitação, nas praças, nas estradas, ou nos logares ermos, que podem ser atacados os direitos pessoais e materiais do homem, é também perante os tribunales, em processos civis ou criminaes, a sombra das leis, e da autoridade publica. É mais commoda, é mais seguro, para tacs criminosos, o emprego do suborno e do testemunho falso, que o do punhal ou do trabuco.

Ha mesmo hoje uma notavel contradicção e de harmonia entre o artigo 1007.º da reforma judicial e o artigo 291.º n.ºs 2.º e 3.º e artigo 303.º do código penal.

Em quanto a reforma não dispensa os juizes de fazer executar os mandados de prisão vindos de diverso julgado, com tanto que elles venham revestidos das solemnidades externas marcadas na lei; o código não incrimina essa falta de execução, senão quando o mandado judicial tenha de ser cumprido por um magistrado inferior na ordem hierarchica.

Mas, porque tudo o que a lei não prohibiu se deve julgar permitido; porque o citado artigo 1007.º da reforma judicial na sua disposição litteral se refere sómente a *juizes ordinarios*, por que a carta constitucional no citado § 8.º do artigo 145.º pôde impor, mas não receber modificações das leis ordinarias; porque se trata de juizes de primeira para outros da mesma instancia e categorica; por que, em fim, os cidadãos devem encontrar protecção junto dos seus juizes naturaes, quaes os da sua residencia ou domicilio; a resistencia quando legal, constitucional e jurisdiccional deve ser permitida aos juizes de direito na comarca da sua exclusiva jurisdicção, quaesquer que sejam as deprecadas, ou ordens, vindas de juizes de direito de outras comarcas.

Estas considerações serão melhor desenvolvidas e fortificadas pelas que deverão ser presentes á commissão de legislação, e a esta camara, na discussão do projecto, para que tenho a honra de chamar a attenção dos dignos pares.

Resta-me portanto agora ler á camara o mesmo projecto.

PROJECTO DE LEI N.º 1

Artigo 1.º A inviolabilidade da segurança individual, contemplada no artigo 145.º § 8.º da carta constitucional da monarchia, será regulada pelas disposições da presente lei.

Art. 2.º Desde que algum suspeito, ou presume existir despacho de indicação, ou mandado de custódia, que lhe diga respeito, poderá, por si, ou por interposta pessoa, requerer fiança, ou que quer livrar-se solto, nos casos em que a lei permitir o livramento por uma ou por outra forma.

Art. 3.º Esta faculdade não será impedida por se continuar no summario, no inquerito do testemunho referidos, ou se esperar o cumprimento de deprecadas para outros inqueritos ou diligencias.

§ 1.º O juiz que se recusar, com tacs ou semelhantes pretextos, a deferir ou a indeferir directamente, incorrerá nas penas da denegação de justiça.

§ 2.º Qualquer outro despacho será considerado negativo, e d'elle se poderá agravar. A carta testemunhavel supprirá o recurso, nos termos do artigo 673.º § 4.º e 5.º, e artigo 674.º § 7.º da reforma judicial.

Art. 4.º Sempre que a pena ordinaria do crime, objecto da indicação, para ser exclusiva da fiança, depender de alguma circumstancia accessoria, determinante de agração especial, será necessario que, sobre a mesma circumstancia, se constitua corpo de delicto directo ou indirecto, não bastando para elle as declarações da parte queixosa ou accusadora.

Art. 5.º Nos crimes de furto, ou assimilados a furto, não será admitido, para excluir a fiança, o juramento da parte offendida, quando, conhecida a existencia anterior da cousa subtrahida, possa esta ser avaliada em si mesma.

§ unico. Se a cousa subtrahida não tiver valor em si mesma, o tiver minimo, e só maior dependente de resultados prejudiciaes, não será attendivel, para o mesmo effeito, a possibilidade do prejuizo, mas sim a sua realidade.

Art. 6.º Se, alem do auctor principal do crime, forem indicadas pessoas, que não tenham sido, nem podessem ser, participantes d'elle por acto physico ou immediato, terá sempre logar a fiança a respeito d'essas pessoas.

§ unico. Exceptuam-se os casos de homicidio voluntario, roubo, ferimentos graves, fabricação de notas ou moeda falsa, e os de attentados contra a segurança interior ou exterior do estado, se na hypothese a pena for exclusiva da fiança.

Art. 7.º Em todos os mandados de custódia, será requisito essencial, e como solemnidade externa, para serem exequíveis fóra da comarca, a inserção litteral dos termos da querella e do despacho de indicação.

§ unico. A deficiencia d'esta solemnidade quanto á querella, ou á citação da lei applicavel, poderá ser relevada pelos juizes de direito de outras comarcas nos casos exceptuados no § unico do artigo antecedente.

Art. 8.º Nenhum juiz ordinario poderá autorisar a execução de mandados de custódia vindos de outros julgados de diversa comarca, sem a *cumpra-se* do juiz de direito da comarca respectiva ao seu julgado.

§ unico. São também exceptuados os casos referidos nos §§ unicos dos artigos antecedentes, sendo porém logo remetidos os presos ao mesmo juiz de direito para se inteirar do facto e dar á execução dos mandados a devida direcção e seguimento.

Art. 9.º Nenhum juiz ordinario poderá expedir mandados de custódia, para serem exequíveis em julgados de diversa comarca, sem o visto do seu respectivo juiz de direito, que os devolverá ao mesmo juiz ordinario, se não forem passados em forma regular, e nos termos do artigo 7.º d'esta lei.

Art. 10.º Os juizes de direito, autorisando ou não o cumprimento de mandados de custódia vindos de outra comarca, exercem jurisdicção e competencia assim propria, como a delegada pelo juiz de direito d'essa comarca.

Art. 11.º Os juizes de direito, a que forem apresentados alguns mandados de custódia, deverão conceder provisoriamente a fiança, e homologar os seus termos, se nos em que o facto vier constituído, ella, segundo a lei, poder ter logar.

§ unico. Esta disposição será observada, posto que nos mandados se declare a exclusão de fiança, se a declaração for contraria á lei n'elles citada ou a outras, que no caso permitam a mesma fiança.

Art. 12.º A fiança provisoria será também concedida, se os indicados a requererem, juntando documento authenticado de absolvição dos auctores directos e immediatos do crime, ou de annullação de processo, e verificando-se plenamente a identidade dos mesmos crime e processo.

Art. 13.º Os juizes de direito, que concederem a fiança provisoria, officiarão logo, prestada ella, ao juiz de direito da respectiva comarca, remetendo-lhe por traslado os termos da mesma fiança.

Art. 14.º O juiz de direito da comarca respectiva mandará juntar o officio e termos da fiança aos au-

tos, e n'elles proferirá despacho de ratificação ou de revogação.

§ unico. Este despacho, quando revogatorio, não terá execução, em quanto não for confirmado pela relação respectiva ao juiz que o proferiu.

Art. 15.º Dos despachos negativos da fiança provisoria competirá sempre agravo para a relação respectiva aos juizes que a não concederem.

§ unico. Os accordios das relações, confirmatorios ou revogatorios, mas que a fiança concederem, serão definitivos até á sentença condemnatoria. Dos que a denegarem competirá, em todo o caso, revista para o supremo tribunal de justiça.

Art. 16.º Na pendencia dos agravos sobre denegação de fiança ou sobre injustiça da pronuncia, não poderão os indicados, quando se achem presos, ser remetidos, contra sua vontade, para a comarca ou julgado em que se instaurou ou se promover o respectivo processo, não estando culpados por outros crimes em circumstancias diversas.

§ unico. Os juizes de direito das comarcas, em que os indicados se acharem presos, ou provisoriamente affiançados, são competentes para os submeter a quaesquer interrogatorios, ou acarações que ahi possam ter logar, seguindo as instrucções transmitidas em deprecada pelo juiz do processo respectivo.

Art. 17.º Nos casos de recurso de revista sobre denegação de fiança, poderá o supremo tribunal de justiça ordenar, se assim o tiver por necessario, que os processos crimes lhe sejam remetidos ficando trslado.

§ 1.º Neste caso deverá o supremo tribunal de justiça conhecer das nullidades dos mesmos processos e prover plenamente conforme o direito.

§ 2.º Sempre que, nos justos interesses da accusação ou da defeza, se revelarem, por occasião dos incidentes da fiança, circumstancias attendiveis para transferencia da jurisdicção criminal em 1.ª instancia, o supremo tribunal de justiça designará para a reforma ou continuação dos termos dos autos outro juiz d'entre os de direito no mesmo districto administrativo.

Art. 18.º No seguimento dos recursos interpostos em conformidade com esta lei, seja para as relações, seja para o supremo tribunal de justiça, se procederá em termos summarios, não havendo vista ás partes, nem minutas, excepto para serem presentes em conferencia, quando entregues ao presidente ou relator.

Art. 19.º As disposições d'esta lei são applicaveis a todos os casos pendentes em que sobre o incidente da fiança, ainda não tenha sido proferido accordo pelo supremo tribunal de justiça.

§ unico. O ministerio publico requererá, sendo necessario, novos mandados em forma regular, nos termos do artigo 7.º § unico d'esta lei.

Art. 20.º Os juizes de direito, que depois da promulgação d'esta lei expedirem ou cumprirem mandados de custódia com clausula exclusiva de fiança, nos casos em que por lei deva ser concedida, ou ordenarem ou cumprirem tacs mandados, nos casos em que por lei podem os indicados livrar-se soltos, ficarão responsaveis a custas, perdas e damnos alem das penas correspondentes ao abuso de poder.

§ unico. Aos juizes de direito que sustentarem a denegação da fiança sobre culpa e indicação formada por factos, que não estejam incriminados por lei expressa; ou a que faltarem algum ou alguns dos elementos da incriminação legal, exclusivos da fiança, preterindo outra que admitta a mesma fiança; serão agravadas as penas segundo as regras geraes do código penal.

Art. 21.º A todos os réus custodiados que, em conformidade com a lei, podessem livrar-se soltos ou com fiança, se a final forem condemnados em pena temporaria, se descontinuará no tempo da condemnacão o dobro do da prisão preventiva.

§ 1.º Esta contagem terá logar posto que a denegação da fiança tenha subsistido por accordo do supremo tribunal de justiça, se a condemnacão reduzir a pena a termos inferiores aos que na querella ou na pronuncia eram exclusivos da mesma fiança.

§ 2.º Se feita a contagem nos termos d'este artigo o tempo decorrido em prisão preventiva, absorver o da condemnacão, se dará por expiada a culpa e completada a rehabilitação dos réus.

§ 3.º Nos casos de condemnacão a degredo, se, feita a mesma contagem, não restar o tempo de tres annos, não terá logar a transportação dos réus, e cumpriro o tempo restante na prisão em que se acharem, ou na que lhes for designada.

§ 4.º Será contado para este effeito como de detenção efectiva o tempo de homio, ou em que os réus se conservarem ausentes ou occultos durante os incidentes sobre a concessão da fiança.

Art. 22.º Fica mantida por esta forma a execução do § 8.º do artigo 145.º da carta constitucional da monarchia: concordados ampliados o 1.º 0.05.º 1.º 0.07.º 1.º 0.08.º 1.º 0.17.º 1.º 0.18.º da ref. jud. e art. 291.º n.º 3.º e art. 303.º do cod. penal, e revogada toda a legislação em contrario.

Camara dos dignos pares, 11 de fevereiro de 1860. —Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão. Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 13 de fevereiro de 1860. —Diogo Augusto de Castro Constancio.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 23 DE FEVEREIRO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS SANTOS

Á meia hora da tarde verifica-se, pela chamada, estarem presentes 61 srs. deputados.

O sr. Presidente.—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

É introduzido na sala e presta juramento o sr. deputado José de Mello Gouveia.

Mandam-se lancar na acta as seguintes declarações:

1.ª Do sr. Calça e Pina, de que faltou ás sessões desde 15 do corrente até hoje, por motivo justificado.—*Inteirada*.

2.ª Do sr. Pinto da França, de que não assistiu á sessão de hontem por incommodo de saúde.—*Inteirada*.

3.ª Do sr. Rebello Cabral, de que o sr. Couto Monteiro não pôde comparecer á sessão de hoje, e talvez a mais algumas por incommodo de saúde.—*Inteirada*.

4.ª Do sr. Cancellia, de que não tem podido assistir ás sessões desde o dia 15 até agora, por motivo de molestia.—*Inteirada*.

5.ª Do sr. Antonio Feio, de que o sr. Teixeira da Motta não pôde comparecer á sessão de hontem, nem comparece á de hoje por falta de saúde.—*Inteirada*.

6.ª Do sr. Costa Lobo, de que não lhe tendo chegado a palavra pedida antes da segunda parte da ordem do dia, remette para a mesa a copia da eleição geral do circulo de Sabrosa, que constitue o diploma do sr. deputado Affonso Botelho; recommendando-lhe este sr. deputado que faça constar á camara que por objectos graves não pôde comparecer ainda no parlamento, mas espera em breve n'elle tomar assento.—*Inteirada*.

7.ª Do sr. C. J. Nunes, de que não compareceu ás tres ultimas sessões por motivo de doença.—*Inteirada*.

8.ª Do sr. Santos Lessa, de que não compareceu á sessão de 18 do corrente por motivo justificado.—*Inteirada*.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio da fazenda, acompanhando a copia da consulta da junta do credito publico de 31 de maio do anno findo, e uma nota annexa, em que se demonstra a importancia do capital vinculado em inscripções de 3 1/2, satisfazendo assim a um requerimento do sr. Secco.—*Para a secretaria*.

2.º Uma representação da camara municipal de Arouca, pedindo a rejeição da proposta do governo, tendente á redacção de conventos de religiosas, e á venda dos seus bens e conversão em inscripções.—*A' commissão de fazenda, ouvida a ecclesiastica*.

3.º Quatro representações das camaras municipais de Ferreira do Zezere, Alvaizere, Figueiró dos Vinhos e Penella, pedindo a continuação dos trabalhos na estrada de Thomar a Coimbra, pelos Cabacos.—*A' commissão de obras publicas*.

4.º Quatro representações das mencionadas camaras municipales sobre a directriz do caminho de ferro do norte.—*A' mesma commissão*.

5.º Dos habitantes do concelho de Villa Nova de Ourem, pedindo que o seu concelho passe do districto de Santarem para o de Leiria.—*A' commissão de estatistica*.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Requeiro que o ministerio das obras publicas envie a esta camara os estudos e mais trabalhos, que ali existem, sobre a barra de Mil Fontes, proximo a Odenira.—*F. L. Mousinho de Albuquerque, deputado por Leiria*.

2.º Requeiro, que se peçam, com urgencia, ao governo, pela secretaria de marinha e ultramar:

I Os balancetes do cofre da fazenda publica de Macau, relativos ao anno de 1859.

II Todos os documentos, que existirem, acerca do estado activo e passivo d'aquelle cofre.

III Copia da portaria do governo, pela qual se mandou sacar 50:000\$000 réis contra o supra citado cofre.

IV Copia das ordens pelas quaes se mandaram pagar varias pensões particulares, durante o anno passado.

V Copia dos titulos ou cartas de lei que crearam as referidas pensões.

VI Copia do meu officio de 26 de agosto de 1859, em que faço algumas ponderações ao governo sobre o estado menos prospero do cofre de Macau, e sobre a necessidade de acabar com o arbitrio, por parte do governo, no julgamento das questões da população chinesa de Macau.—*José Antonio Maia, deputado pela provincia de Moçambique*.

3.º Requeiro, que se peçam igualmente ao governo, pela mesma secretaria:

I Copias dos officios do actual governador geral de Moçambique, enviados no anno passado, pela galera *Robin 1.ª*, sob os n.ºs 47, 53, 68 e 69.

II Uma synopse substancial dos officios do mesmo governador, vindos na mesma occasião, sob os n.ºs 6, 16, 18, 37, 39, 42, 48, 57, 63, 79 e 80.

III Copia das resoluções (se as ha) que o governo tem tomado sobre as requisições do mesmo governador, contidas n'esta correspondencia.

IV Copia dos meus officios, do anno passado, dirigidos ao governo em data de 19 de março (n.º 1), 5 de maio (n.º 2), 6 de maio (n.º 3), e 6 de junho (n.º 4).

V Copia das resoluções tomadas (se as ha) acerca da materia contida nos precedentes officios.

VI Copia dos documentos e noticias (se as ha) que conduzam a esclarecer qual seja a mortalidade dos europeus nas colonias portuguezas, especialmente nas provincias de Angola e Moçambique, e quaes as causas d'essa mortalidade.

VII Copia dos officios do ex-physico-mór de Angola e Moçambique, Joaquim Nicolau de Salles, dirigidos ao conselho ultramarino em data de 19 de julho e 30 de setembro passados, nos quaes expõe varios preceitos hygienicos acerca dos europeus nas provincias de Angola e Moçambique, e nomeadamente a epocha em que os mesmos europeus devem chegar de preferencia ás mencionadas provincias.

VIII Copia do ultimo officio do governador geral de Moçambique, em que faz reflexões acerca da tardia chegada da fragata.

Sala da camara dos srs. deputados, 22 de fevereiro de 1860.—*José Antonio Maia*, deputado pela provincia de Moçambique.

4.º Requeiro que se peçam com urgencia ao governo, pelo ministerio dos negocios da marinha e ultramar:

I Uma relação nominal de todos os empregados existentes na secretaria e contadoria da marinha, na maioria general, na repartição do conselho ultramarino, e na repartição de saúde naval, antes da reforma de 6 de setembro de 1859; com designação de suas collocacões, gradações e vencimentos; e classificados em separado, conforme os quadros das respectivas repartições a que pertenciam.

II Uma relação nominal dos empregados que, pertencendo ás repartições comprehendidas na relação antecedente, passaram ás classes de veteranos e reformados, com declaração da despeza ou vencimento de cada um n'estas mesmas classes.

III Uma relação dos empregados antigos que ficaram existindo no serviço activo depois da reforma de 6 de setembro; quaes as suas anteriores collocacões, e quaes as suas actuaes collocacões, gradações e vencimentos.

IV Uma relação dos empregados recentemente admittidos ao serviço d'aquellas repartições, ou ás repartições do mesmo ministerio novamente creadas, as suas collocacões, gradações e vencimentos.

V Uma relação dos officiaes pertencentes ao quadro effectivo da arma de marinha, classificados segundo suas respectivas gradações; quaes se acham no serviço effectivo, quaes estão na disponibilidade, quaes se acham empregados no serviço de embarque, e quaes são os que estão occupados em outras commissões, e qual a natureza d'essas mesmas commissões.

Sala da camara dos srs. deputados, 22 de fevereiro de 1860.—*José Antonio Maia*, deputado ás cortes.

O sr. Ministro da marinha (Ferreir).—lê e manda para a mesa o relatório da repartição a seu cargo, assim como algumas propostas de lei para se approvar o uso das autorisações que lhe foram dadas para reformar as repartições da sua dependencia.

Mandam-se imprimir.

São introduzidos na sala com as formalidades do estylo, e prestam juramento os srs. Gavicho e Cypriano Costa.

O sr. Mello Soares.—pede que os documentos que dizem respeito á proposta de lei para o governo ser autorisado a dispendar até á somma de 34:800 libras para pagar devios da agencia financeira em Paris, sejam mandados para a mesa para poderem ser examinados; e n'este sentido manda um requerimento para a mesa.

O sr. Monteiro Castello Branco.—manda para a mesa varios requerimentos, e uma nota de interpellação, de que se dará conta na sessão seguinte.

O sr. Frasco.—manda para a mesa um requerimento assignado por 76 cidadãos da freguezia de Santa Engracia e dos habitantes da proximidade do districto marginal do Tejo entre a Cruz da Pedra e Caes dos Soldados, em que pedem para que no sitio das Caldeiras do Azeite de Poixe a Santa Apollonia, se façam, á imitação de outros districtos marginaes de vedação para a linha ferrea, as communicacões convenientes para o Tejo.

Manda também um requerimento de alguns sargentes de caçadores n.º 8 e infantaria n.º 11, em que pedem que a promoção de alferes seja pela antiguidade do posto.

O sr. D. Rodrigo de Menezes.—manda para a mesa uma proposta renovando a iniciativa do projecto para a extincção do imposto do pescado. Declara que não espera que este projecto tenha o andamento que deseja, porque a iniciativa dos deputados é completamente nulla todas as vezes que o governo a não coadjuva; mas renova a sua iniciativa como um protesto solemne contra a maior das violencias que ha no paiz, qual é o imposto do pescado que pesa sobre uma classe desgraçada e desvalida, que até hoje não tem achado protecção em ninguém, e antes um flagello n'uma rede de empregados fiscaes, que longe de fiscalisarem o imposto para utilidade da fazenda, o têm fiscalisado para utilidade sua, a ponto de nas praças proximas ao Porto haver uma arrematação d'este imposto por 18:000\$000 réis, que deu para o Thesouro 800\$000 réis, ficando o mais pela mão dos empregados, que foram mettidos em processo, mas que talvez tenham tornado a entrar na carreira, para que se habilitaram tão dignamente.

O sr. Plácido de Abreu.—pede que lhe seja reservada a palavra para quando esteja presente o sr. ministro das obras publicas.

Igual pedido faz o sr. Alves Martins.

O sr. S. Vargas.—envia para a mesa um requerimento.

O sr. Moraes Carvalho.—renova a iniciativa do projecto apresentado em sessão de 9 de abril de 1856, sobre a abertura e alinhamento das praças e ruas das cidades e villas do reino.

O sr. Lobo d'Avila.—apresenta um requerimento.

O sr. Biarr.—manda para a mesa uma proposta renovando a iniciativa de dois projectos de lei; e apresenta um requerimento.

O sr. Moraes Soares.—remette para a mesa um requerimento; e uma representação de alguns militares.

O sr. José Estevão.—renova a iniciativa do projecto de lei sobre a instituição de um asylo de mendicidade no districto de Aveiro.

O sr. Cyrillo Machado.—envia para a mesa uma representação dos habitantes da freguezia de S. Lourenço de Asmes, do concelho de Vallongo, pedindo que seja mais bem regulada a imposição que lhes é feita para a congrua do seu respectivo parochio.

O sr. Lopes Branco.—apresenta tres requerimentos.

O sr. Henriques Secco.—tambem manda para a mesa um requerimento.

O sr. Furtado.—declara que aceita o convite feito pelo sr. Monteiro Castello Branco, para entrar na discussão da directriz da estrada de Celorico a Coimbra, e que já a este respeito tinha annuciado uma interpellação ao sr. ministro das obras publicas.

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

O sr. Presidente.—continua a discussão sobre o incidente que hontem não terminou.

O sr. Lopes Branco.—tratou hontem da questão desagradavel da syndicancia á relação do Porto, considerando-a debaixo do ponto de vista de direito, em relação ao qual devia ser considerada, e se hontem não agradeceu ao sr. D. Rodrigo a occasião que lhe facilitou, antes d'aquelle que tencionava procurar, para fazer sobre este objecto as considerações que era do seu dever, agradecia-l'ha agora, porque não obstante a impressão desagradavel que lhe produziu a allusão que s. ex.ª fez ao tribunal da relação do Porto, dizendo que a syndicancia estava no esquecimento, reconhece no illustre deputado a intenção sincera de fazer apparecer a verdade n'este importante negocio, e rehabilitar aquelle tribunal na opinião publica, como aliás tanto é do interesse da sociedade.

Disse hontem que sentia que um magistrado de uma ordem superior, como era o fallecido procurador geral da coroa, se encarregasse da missão difficil, illegal e tumultuaria da syndicancia á relação do Porto, porque effectivamente não havia lei alguma em que ella se autorisasse; e se acaso recusasse essa missão, tinha cumprido o seu dever; e que alem de aceitar essa commissão, aquelle magistrado, que deplora ter fallecido, porque era um ornamento da magistratura, um jurisconsulto distincto, e abundava em intenções rectas, de mais a mais a fosse executar ao Porto do modo por que foi executada, que não dirá que produziu escandalo, mas produziu immenso reparo a todos os homens justos e sensatos. Devassou-se a vida intima dos juizes, como se porventura isso fosse objecto da syndicancia, e inclusivamente se foi syndicar a vida intima de magistrados cuja reputação de inteireza está acima de toda a excepção. Á syndicancia, porém, concluiu-se, mas passados seis mezes, quando para uma syndicancia d'esta ordem muito menos tempo era preciso; e não admira que se gastasse este tempo, porque aquelle magistrado avocou a si autos de toda a parte, desceu ás averiguações mais minuciosas, e houve acarações vergonhosissimas, que não indica, porque não quer commetter inconveniencias, nem de sorte alguma referir factos que podem porventura reflectir na honra de individuos. Mas o illustre procurador geral da coroa com a mesma coragem com que se prestou a fazer a syndicancia, devia formular a accusação dos juizes que porventura tivesse achado implicados na syndicancia a que procedeu; não o fez, e elle (orador) sente immenso, que aquelle magistrado estivesse demorando tempo infinito a apresentação do seu parecer ao governo que constantemente lhe pedia. N'este ponto as inconveniencias subiram até onde podia subir, porque quando o ministro respectivo pediu aquelle magistrado a apresentação do seu parecer, respondeu que immediatamente ia tomar conta do negocio, apparecendo na folha official a portaria do ministro dirigida áquelle magistrado, e a resposta d'este; de maneira que o credito do tribunal era o que menos importava a quem devia ter como primeiro dever zela-lo, pois que documentos d'estes publicados na folha official, importam para a gente menos prevenida, documentos de immenso descredito e de perda completa da propria reputação, e não se devia attender unicamente á reputação dos individuos que compõem o tribunal, mas ao prestigio e força de que esse tribunal precisa para que as suas decisões possam ser bem acceitas das partes, e não possam ter a respeito d'ellas a mais pequena suspeita.

Em logar d'essa syndicancia ter o andamento que pela lei devia ter, em logar de se formar a accusação aos juizes que porventura tivessem apparecido implicados, remetteu-se a syndicancia ao supremo tribunal de justiça, e consta-lhe que para consultar sobre aposentações. Protesta contra essas aposentações. Ou ellas hão de ser dadas aos juizes em virtude da lei actual, ou, segundo tambem ouviu, em virtude de uma lei que o governo apresentou para esse mesmo fim. Pela lei antiga não ha aposentações senão como recompensa de serviços que se tem prestado, ou como uma inhabilidade moral dos individuos a quem se concedem, por não poderem continuar a servir. Estão porventura n'este caso os juizes, se por acaso os ha, implicados na syndicancia? Pôde o supremo tribunal de justiça consultar sobre semelhantes aposentações? A esses juizes, pois, não pôde ser concedida a aposentação em virtude da lei actual, e menos o pôde ser em virtude do projecto que o governo apresentou, porque a lei não pôde ter effeito retroactivo, e essa lei vinha a estabelecer uma pena sobre juizes que se suppunha terem commettido um crime, mas sem primeiramente os terem convencido d'esse crime. Também já ouviu fallar em tratar d'este assumpto em sessão secreta; mas, quando isso se verifique, ha de pedir licença á camara para se retirar, porque a sessão secreta importa a revelação de crimes e de criminosos, e vai augmentar o descredito do tribunal. Se na relação do Porto ha juizes que tenham faltado ao seu dever, sejam accusados perante os tribunales, produzam-se as provas; n'este objecto não deve haver duvidas, deve haver toda a clareza.

Tendo considerado o negocio debaixo do ponto de vista dos principios, não se pense que se retira do campo dos factos, deixando em silencio as accusações que se têm feito ao tribunal, umas em boa fé e outras com muitissima má fé. E quando falla em má fé não se refere a nenhum dos cavalheiros que se sentam na camara, ou que n'ella se sentaram, mas ás partes que perdem as suas causas, e que acharam uma occasião muito opportuna de se vingarem dos juizes que proferiram sentenças contra ellas.

A syndicancia teve por origem uma causa importante que se perdeu na relação do Porto, causa que foi tão injustamente sentenciada, que o accordo da relação foi confirmado no supremo tribunal de justiça! A syndicancia, pois, teve esta origem viciosa, e, quando ella se promoveu, não foi só a relação do Porto que foi manchada, fallou-se na magistratura, e disse-se, que havia juizes venaes e corruptos que sentenciavam por dinheiro! Haverá por ventura algum juiz que desça á baixeira de receber algumas libras por uma sentença? Se o ha, rasgue-se-lhe a beca n'uma praça publica e haja um grande exemplo de moralidade (*apoiados*).

Os factos são o que mais deve occupar a attenção da camara. No Porto ha mysterios como em todas as terras, e o que sente é, que as diligencias que se têm empregado tanto para se saber se na relação de lá ha juizes corruptos, não tenham sido empregadas para se descobrir se por ventura alguns d'esses juizes têm vergado debaixo da ambição infame de alguns traficantes, que ali são apontados ao dedo, e em que ainda não ouviu fallar.

Qual é o credito o mais robusto, a honra a mais illibada que pôde resistir á sociedade composta d'estes traficantes? Logo que no Porto sobe á appellação uma causa, tratam de arran

dependencia devesa ser tão respeitado, como é obrigado a respeitar o poder legislativo; porque se acaso se estabelecer esta luta entre os poderes políticos do estado, se nas casas do parlamento se começar a desvirtuar o poder judicial, e se lhe tirar a força, e ao poder judicial tocar também a vez de desacerditar os corpos colegiados, n'esse momento chega a dissolução da sociedade. Os poderes políticos são independentes; conserve-se cada um na órbita das suas attribuições, e respeitem-se mutuamente as decisões que d'elles partem.

No processo a que se referiu aproveitou a occasião de ter ido para outro serviço o relator d'elle para tirar copia de um documento importante que vinha junto aos autos, a copia de uma carta escripta por um dos réus, datada de Mídios em 23 de novembro de 1854, que lei á camara.

Com quanto conheça que tem abusado da paciência da camara vae concluir, e pede ao nobre ministro da justiça, por tudo quanto ha, pelo seu caracter, pela sua dignidade como representante em primeira escala dos interesses da sociedade, pelo amor dos interesses de todos os cidadãos, que d'andamento ou o faça dar com a maior brevidade a esse processo da syndicança á relação do Porto, não para que d'ahi resultem aposentações, ou o que se poder seguir de uma sessão secreta, mas para que uma vez acabe este documento de vergonha para o paiz, porque não se pôde deixar pesar sobre um tribunal de segunda instancia o descredito e a desconfiança que se tem tirado d'aquella syndicança. O nobre ministro não pôde ser culpado da demora d'esto negocio, porque, quando entrou para o ministerio, já o achou no estado em que se acha, e era necessario muita coragem para o fazer desandar, e traze-lo aos termos proprios. Não pertence ensinar a s. ex.ª a sua opinião, porque pôde ser ou taxada de parcial, por isso que é membro do tribunal sobre que pesa essa accusação; e confiando na intelligencia de que s. ex.ª é dotado, no seu zelo pela causa publica, e na sua propria reputação, deixa-lhe a decisão definitiva d'esto negocio importantissimo para o governo, para o poder judicial, e para todos os interesses da sociedade.

O sr. *Henriques Secco* (sobre a ordem):—pede ser inscripto para explicações, depois de mandar para a mesa a seguinte moção de ordem:

«A camara, ouvidas as explicações do sr. ministro da justiça, e certa de que o governo empregará os meios necessários para a manutenção da ordem na parte da provincia da Beira, que d'ella carece, passa á ordem do dia.»

É admittida á discussão.

O sr. *Nequeira Soares* (sobre a ordem):—manda para a mesa um parecer da commissão de fazenda sobre uma proposta do governo.

Manda-se imprimir.

O sr. *Barros e Sá* (sobre a ordem):—pede a palavra sobre a ordem para apresentar um requerimento e uma moção, que é a seguinte:

«A camara ouvidas as explicações do governo passa á ordem do dia.»

Vae dizer alguma coisa em sustentação da sua proposta.

Não pôde deixar de pedir a palavra n'esta questão, tendo ouvido hontem e hoje a um illustre deputado, integerrimo juiz, que não poupo os ausentes nem os mortos, fazer censuras a nada menos que tres juizes e dois ministros que foram da coroa.

S. ex.ª chamou leviano ao ministro que tinha mandado fazer a syndicança á relação do Porto, e disse, que o magistrado que procedeu a essa syndicança, exorbitaria do seu dever, avocara processos, havia entrado na vida intima dos juizes, etc. Elle (orador) tinha dever e obrigação de pedir a palavra pelos ausentes e pelos mortos, tanto mais que s. ex.ª hoje lhes fez a justiça que era devida, mas não pôde deixar passar em silencio a censura que o mesmo sr. deputado fez ao ministro que remetteu a syndicança ao supremo tribunal de justiça, porque todos sabem que esse ministro é seu parente muito proximo, e pessoa que muito respeita, e então tem necessidade de procurar fazer convencer a camara, de que as censuras de s. ex.ª são completamente infundadas.

O illustre deputado a quem se refere disse, que no principio da syndicança dirigira uma carta ao procurador geral da coroa, negando-lhe o direito que tinha para fazer essa syndicança; e que depois lhe escrevera outra carta em que lhe concedia a licença. Pois se o nobre deputado entendia que o procurador geral da coroa estava cometendo um erro de officio, uma infracção de lei, não pôde acreditar como s. ex.ª, que reputava uma exorbitancia da parte d'esse funcionario, se julgava com direito de consentir n'essa mesma exorbitancia! Era um direito que se não podia admittir, e que as leis não reconhecem.

Mas com que direito e com que lei se qualifica do illegal a syndicança á relação do Porto, e a ordem por meio da qual a ella se procedeu? Qual a lei que se pôde apontar para se considerar a syndicança illegal? Por ventura não é o procurador geral da coroa um membro do ministerio publico? Não é o chefe d'esse mesmo ministerio publico? Não está n'essa qualidade, no exercicio das suas diligencias de policia judiciaria, tratando de indagar e descobrir os delinquentes para os entregar á acção da justiça? Pois o exercicio da policia judiciaria pôde por acaso algum negar de que pertence aos agentes do ministerio publico, e cabendo a estes não cabe ao seu chefe a plenitude d'esse exercicio? Estava preparado para tudo, menos para ouvir o contrario d'isto!

Diz-se que a syndicança foi illegal, quando as syndicanças para os juizes foram ordenadas pelo decreto de 27 de setembro de 1844, decreto regulamentar, e por uma lei de 1840. Pois o decreto de 1844 já não é lei, e já não tem força obrigatória? Como pôde dizer-se que a syndicança foi anarchica, invasora da independencia do poder judicial! Se houve invasão da independencia do poder judicial, quem a invadiu foi a lei.

Ha uma lei que ordena positivamente, que os juizes de primeira instancia possam e devam ser syndicançados, e essa mesma lei por força de comprehensão não podia deixar de comprehender também os juizes da relação; admitindo ainda que este argumento de analogia não proceda; então senhores juizes da relação (disse o orador), ficam sujeitos ao direito commun, ao direito a que estão sujeitos todos os cidadãos; havéis de ser examinados no vosso proceder, na vossa vida publica, como o são todos os cidadãos desde o primeiro até ao ultimo. E não foi isto o que se fez?

O decreto de 1844 ordena que os juizes syndicançados tomem conhecimento até por denuncias não assignadas; admittre para a indagação até a hypothese das denuncias não assignadas. E se as nossas leis que todos conhecemos a que todos estamos sujeitos determinam isto, como é que a syndicança do Porto é illegal?

Tambem ouviu dizer ao illustre deputado, que a syndicança do Porto não tem valor algum, que é uma vergonha, e por outro lado disse, que não era mais que um auto de investigação, e que ninguém lhe dá outra força. Seja embora auto de investigação, mas o sr. deputado ha de admittir-lo para sobre elle se poder baseder um processo. E como se pôde negar ao poder executivo o direito de investigar?

Tambem ouviu dizer ao illustre deputado que o procurador geral da coroa exorbitaria avocando a si processos. É uma proposição muito generica para poder passar sem correctivo. Esse alto func-

cionario avocou a si alguns processos, mas processos findos; examinou processos que estavam archivados, e n'isto não praticou acto algum exorbitante das suas attribuições: é um acto que o mesmo decreto de 1844 ordena.

Elle (orador) não sabe se a syndicança á relação do Porto nasceu de despeitos; sabe que resultou de uma moção apresentada na camara dos srs. deputados e de uma resolução tomada pela mesma camara, e não é licito dizer que a camara dos deputados em qualquer epocha se determina por principios que não sejam de justiça e equidade; por principios que não sejam o cumprimento dos seus deveres.

Disse mais o illustre deputado «fez-se a syndicança e a maior difficuldade é dar-lhe seguimento.» Deu-se-lhe o seguimento que manda a lei de 1855, e se é certo que o processo esteve demorado na secretaria da justiça por alguns annos, é também certo que houve um ministro que teve a coragem, a despeito de quaisquer prevenções que lhe podessem resultar, de remetter a syndicança para o tribunal que tinha de a considerar.

Perguntou s. ex.ª para que é que se mandou a syndicança para o supremo tribunal de justiça, e disse que se era para ser applicada aos juizes que se dizem inculcados na mesma syndicança, a aposentação, protestava contra tal resolução. Parece-lhe que s. ex.ª em um excesso de enthusiasmo que lhe era proprio, porque era em defeza de uma classe e de um poder a que pertence, é que pronunciou estas palavras. O illustre deputado não pôde protestar contra as aposentações, porque não pôde protestar contra a lei: ha uma lei que as autorisa, determina e regula.

Se s. ex.ª entende que esta lei é injusta e contraria aos verdadeiros interesses do paiz, use primeiro da sua iniciativa como deputado e proponha a sua revogação; mas vir ao seio da representação nacional um deputado, que já esteve sentado nas cadeiras dos ministros, dizer que protesta contra as aposentações, e por consequente contra a expressa determinação da lei, não o esperava.

O illustre deputado disse que era necessario que o processo da syndicança terminasse. É sua opinião que sim, e quanto antes, porque a relação do Porto e nenhum tribunal do mundo pôde estar por mais tempo sobrecarregado com um laheo que não injustamente, acredita, lhe tem sido lançado; mas é necessario que este laheo lhe seja levantado pelo unico tribunal competente, que é o supremo tribunal de justiça.

Acredita, não só porque o disse o illustre deputado, mas mesmo porque o tem ouvido a muita gente, que s. ex.ª nunca admittiu em sua casa os polvilheiros; mas no Porto existem polvilheiros que tem entrada em casa de alguns juizes.

Tambem leu a syndicança á relação do Porto, e declara que ficou frio de horror quando a leu, por que tambem pertence ao poder judicial. Consta d'aquella syndicança que os traficantes das causas sobem todos os dias a casa de alguns juizes, e que descem dizendo as partes os termos do processo, e se as tenções vem a favor ou contra; que dizem as questões incidentes que por ventura se tem levantado, que lhes fazem prognosticos sobre o resultado final, que lhes dão esperanças de qual ha de ser o resultado, e prova-se que recebem dinheiro por isto; o que senão prova é a participação do dinheiro no juiz com o polvilheiro, mas não se provou ainda n'este mundo que Louvesse juiz que se corrompesse por escriptura publica.

Tem ouvido ao sr. ministro dizer que está prompto a dar todas as explicações em sessão secreta; s. ex.ª pôde requerer sessão secreta, mas elle (orador) ha de requerer que se torne publica, porque a syndicança é um processo aberto: tem termos factos, tem vista das partes e é um processo como qualquer outro.

Vae terminar. Pediu a palavra em primeiro lugar para apresentar a sua moção de ordem, e em segundo lugar porque não desejava que ficassem sem resposta algumas das asserções avancadas pelo illustre deputado, o sr. Lopes Branco: não podia sem ser cobarde deixar de tomar a parte que tomou na discussão.

O seu fim foi demonstrar que a syndicança á relação do Porto foi um procedimento administrativo legal; que essa syndicança foi para o supremo tribunal de justiça legalmente; que está lá legalmente e faz votos para que ella termine quanto antes.

O requerimento ficou para amanhã o competente destino.

O sr. *Mello Soares* (sobre a ordem):—está certo de que o sr. ministro quando hontem fallou teve o applauso quasi unanime da camara, e por isso, e porque entende que este negocio está de sobejo discutido, manda para a mesa a seguinte proposta, a qual pede se vote, sem discussão, na conformidade das praticas:

«A camara satisfeita com as respostas do sr. ministro da justiça, passa á ordem do dia.»

O sr. *Barros e Sá*:—pede para retirar a sua proposta.

Como estas propostas não carecem de ser admittidas á discussão, considerou-se por isso retirada a proposta do sr. Barros e Sá.

O sr. *Ferreira* (sobre a ordem):—quer tambem apresentar uma moção.

O sr. ministro da justiça, sobre esta questão que se suscitou acerca do officio do juiz de direito de Arganil, depositou os officios e portarias que, pelos ministerios da justiça e da guerra, se haviam dirigido sobre o objecto; mas o processo contem outra parte, que são os officios do juiz de direito de Arganil. A camara deve tomar conhecimento de todas as peças do processo, e deve examinar com attenção não só os officios e portarias que foram apresentados pelo sr. ministro, mas os alludidos officios do juiz de direito, para assim poder pronunciar uma opinião com conhecimento de causa.

Ha uma moção, pela qual a camara approva o procedimento do sr. ministro, mas parece-lhe que a camara não está habilitada para o dizer: a camara tem de julgar em vista de todos os documentos, e por isso requer que se adie esta questão até que venham os documentos que faltam; e para isso manda para a mesa a competente proposta.

O sr. *Presidente*:—julga do seu dever explicar á camara a razão do seu procedimento. O regimento de 1827 não diz uma palavra acerca da qualidade das moções, que ultimamente foram mandadas para a mesa, e que têm por fim passar-se á ordem do dia; falla sim em questões de adiamento. O regimento de 1857 falla nas moções para se passar á ordem do dia; mas como esse regimento não está em vigor, não podia deixar, em presença do regimento de 1827, de considerar taes moções como adiamentos; e não podia, portanto, provocar immediatamente uma resolução sobre essas moções, sem que primeiramente a camara se pronunciasse de algum modo a tal respeito. A camara é o juiz competente, e pôde resolver esta questão, como entender mais conveniente.

Dá-se conta na mesa da proposta do sr. Ferreira, que é a seguinte:

«Requiro que se pegam ao governo todos os officios do juiz de direito de Arganil, e sómente depois se decidam as moções que estão sobre a mesa.»

Considerada esta proposta como adiamento, e apoiada na forma do regimento, entra em discussão, conjuntamente com as mais propostas que ha sobre a mesa.

O sr. *Alves Martins*:—entende que a camara não pôde votar sobre a moção do sr. Mello Soares, sem primeiro ter presentes todos os documentos que ha a respeito da questão principal. A approvação da moção importa dar a camara um *verdictum* sobre o procedimento do sr. ministro da justiça, e para o dar nem elle (orador) nem a camara, segundo lhe parece, estão habilitados, sem ter vindo á camara todos os documentos. N'estes termos, vota pelo adiamento proposto pelo sr. Ferreira.

Sente que o sr. ministro não tenha dito nem uma palavra a respeito da syndicança da relação do Porto, e pede a s. ex.ª que declare se sim ou não dá o seu apoio á moção do sr. Mello Soares.

O sr. *Ministro da justiça* (Martens Ferrão):—responde ao sr. Alves Martins, que não pôde declarar que concorda ou discorda da proposta do sr. Mello Soares, porque ella tende a que a camara pronuncie o seu juizo sobre a maneira por que se conduziu no exercicio das suas funções, e só á camara compete resolver esta proposta, sem que o governo intervenha com a sua opinião sobre ella.

Não apresento juntamente com os mais documentos que estão sobre a mesa, o ultimo officio do juiz de direito de Arganil, porque sendo necessario o original para serviço da secretaria, era escusada copia d'elle porque se acha impresso em quasi todos os jornais da capital, e portanto é já do dominio publico, assim como do dominio da camara.

Relativamente á syndicança da relação do Porto, declara que não pôde em sessão publica dar tantas explicações quantas seriam para desejar, mas está prompto a da-las em sessão secreta, e se a camara resolver depois que a sessão secreta para tratar d'este negocio se torne publica, então a responsabilidade está toda da camara; mas havendo communicações confidenciaes entre o governo e o tribunal a que está committido o exame da syndicança a respeito das diligencias que o governo tem empregado para que este negocio termine tão rapidamente quanto é compativel com a importancia do assumpto, entende ser do seu dever não dar conta em sessão publica da correspondencia que tem havido a tal respeito.

Declara muito francamente á camara, que na secretaria da justiça não ha abafada nenhuma syndicança do Porto, nem processo algum a respeito de quaisquer crimes.

O sr. *José Esteves*:—pensa que a syndicança do Porto é um episodio ao negocio de que a camara se tem occupado, porque a syndicança do Porto é uma questão que deve ficar reservada para outra occasião mais solemne, e quando todos estiverem preparados para entrar n'este grave assumpto, que tanto tem prendido as attencões publicas.

Não acredita que algum poder qualquer possa subordinar a si a moral e a opinião de todos os outros poderes do estado. Aborrece e detesta qualquer que sejam as formas que tome e as vestes de que se decore o poder, qualquer que elle seja, que queira com o pretexto das suas attribuições e immuniidades, lançar um repto contra os clamores geraes do paiz e contra a opinião publica. Esse poder tende a tornar-se absoluto, qualidade que detesta debaixo de qualquer forma que se apresente, e quaisquer que sejam as suas pretensões, ha de ser reduzido mais tarde ou mais cedo a respeitar a dignidade e a honra dos outros poderes do estado, e a opinião publica, e a restringir as suas attribuições aos encargos que lhe são committidos pela lei.

Põe de parte a syndicança do Porto, e occupa-se de outra questão mais amena e mais deleitosa, qual é a das accusações dirigidas ao ministro da justiça pelo juiz de direito de Arganil. Ser juiz da relação do Porto é melhor que ser juiz da relação do Porto ou de Lisboa. Não ha nada como ser juiz de direito, e ser juiz de direito de Arganil em certas circumstancias, isso então é optimo. O juiz de direito de Arganil escreve ao ministro da justiça, de quem é empregado subalterno, não como de igual por igual, mas como de superior para inferior; denuncia certos factos; faz as suas queixas; larga o seu logar para vir a Lisboa, não salvar a patria cuja defeza não está committida ao seu emido, mas a sua comarca; que não pôde administrar! O juiz de direito de Arganil aborrece a intervenção do governo nas eleições, mas a intervenção do juiz de direito de Arganil acha-o optimo, nem pôde mesmo conceber que haja algum que possa ser deputado por ali sem licença ou ordem d'elle. O juiz de direito de Arganil não pôde administrar justiça com segurança, porque tem medo dos assassinos, mas o juiz de direito de Arganil pôde andar correndo toda a sua comarca, dando satisfação aos eleitores e aos candidatos que ficaram despeitados; e para isso não ha receio nem medo dos assassinos. O juiz de direito de Arganil vem para Lisboa, porque não pôde desembarcar-se da embrolhada eleitoral em que se metteu: elle tem mais processos eleitoraes do que processos criminaes de que tomar conhecimento. Não ha nada melhor do que ser juiz de direito de Arganil: elle escreve, ou faz accusações as mais graves aos ministros; ataca a honestidade dos ministros; desconhece o respeito que deve aos poderes do estado, estejam elles na mão de quem estiverem. O juiz pôde ser calumniador, mas a defeza do individuo a quem elle calumnia, essa deve ser comediada e respeitosa! O juiz pôde calumniar, mas não se lhe pôde dizer que elle calumnia!

Alguns dos illustres deputados estão por tal modo preoccupados, que julgam que se está tratando do juiz de direito de Arganil, e não é assim: trata-se de um cidadão portuguez, que escreveu para um jornal um artigo em forma de officio. A questão pois não é com o juiz de direito, é com um escriptor, que veio á tribuna da imprensa fazer certas accusações; e o que acontece é que a tribuna parlamentar, tomando conhecimento d'esse escripto, responde-lhe como entende dever responder-lhe. E não ha nada mais natural nem mais regular do que quando uma tribuna se demanda ser preciso corrigir-a. Os poderes publicos corrigem-se assim uns aos outros, e estas correções são permittidas no systema constitucional, onde existe a divisão dos poderes publicos.

Não se quer estar satisfeito, porque? Pois algum em consciencia pôde recusar-se a dizer, que não está satisfeito com as explicações que na camara deu o sr. ministro da justiça? Não pôde (apoiados), só o dizem aquelles a quem compete, salvo as immuniidades da sua consciencia, desempenhar um papel politico que o systema constitucional reconhece como sobre e necessario; salvo aquelles que são obrigados, pactuando com a sua consciencia, a não misturar os seus votos com os votos d'aquelles que podem sincera e livremente apreciar o procedimento do ministro, e dizer á boca cheia, o ministro da justiça, nas explicações que deu n'este debate, mostrou ser um homem de consciencia (apoiados), um homem de probidade (apoiados), um homem a quem a força da consciencia suppriu a força da organização, um homem a quem a força do dever fez energico (apoiados).

Vota pois que está satisfeito com as explicações do sr. ministro da justiça. A sua consciencia, a consciencia de todos, e a opinião publica tambem estão satisfeitas á vista dos documentos presentes, e das explicações dadas pelo sr. ministro da justiça (apoiados). A questão não fica prejudicada com o voto da camara n'este sentido, porque se hoje declara que está satisfeita em vista das explicações dadas, amanhã se novos documentos mostrarem que o ministro não procedeu como devia, declara que não está satisfeita, e procede n'essa conformidade.

Termina declarando que vota com toda a força da sua consciencia, que as explicações dadas pelo sr. ministro da justiça foram muito satisfatorias (apoiados).

O sr. *Mousinho de Albuquerque*:—requer que se prorogue a sessão até terminar este incidente.

Consulta-se a camara que decide affirmativamente.

O sr. *Mello Soares*:—não pôde votar pelo adiamento, porque não tem fim algum util para o caso presente. Todos os esclarecimentos que vierem podem vir dar mais luz sobre a questão, mas não sobre o que o sr. ministro disse; e a camara agora não trata de apreciar a questão, mas de apreciar o que o ministro disse, e votar n'esta conformidade.

Depois de ler os officios que estão sobre a mesa, não quer entrar na apreciação d'elles, não entra na questão, e limita-se a dizer, que o sr. ministro da justiça... (Havia algum susurro na camara.)

O orador declara, que não continua a fallar em consequencia do muito susurro que existe na sala.

O sr. *Presidente*:—pede silencio e attenção ao que se está dizendo.

O sr. *Pinto Coelho*:—houve um juiz de direito que n'um officio dirigido ao sr. ministro da justiça diz, que o ministerio é comvincente com certos criminosos, e o sr. ministro da justiça, a proposito d'esse officio, disse que o governo tinha a intima convicção de que as asserções ali contidas são calumniosas, e que, em consequencia disso, tinha mandado accusar o juiz que as havia escripto. Pela sua parte entende que o sr. ministro não podia dar nenhuma outra explicação, e que se manteve dentro dos limites dos seus direitos e obrigações como ministro; porque se o ministro estivesse persuadido de que aquellas asserções eram verdadeiras, devia cobrir a cara, e largar a cadeira de ministro (apoiados); porém, desde o momento que entendeu que eram inexactas, desde o momento que taes accusações vieram de mais a mais á imprensa, o dever do ministro era fazer processar e castigar o juiz que assim procedeu; e se o não tivesse feito não era digno da posição de homem publico, nem do logar que occupava (apoiados); o ministro pois procedeu como devia, nos termos que tem seguido n'esta questão (apoiados).

A camara não pôde exigir que se diga mais ou menos do que o ministro já disse, e por consequencia depois das explicações que o ministro deu, não pôde deixar de se dar por satisfeita com as explicações dadas; e n'este sentido vota pela moção do sr. Mello Soares (apoiados).

A proposito da questão que principalmente tem occupado a camara, fallou-se no potentado Brandões, e a este respeito não diria como já ouviu, que os Brandões têm recebido protecção directa e manifesta de todos os governos desde 1834 para cá, mas diria apenas, que a presença ainda hoje d'esse potentado é uma vergonha; e que a sua existencia ou vem das leis ou das autoridades; se vem das leis, cumpre reforma-las; se vem das autoridades, procurem-se outras que melhor saibam cumprir com os seus deveres; porque é preciso por uma vez acabar com este potentado, cuja existencia é uma vergonha para uma nação; e confia em que o actual sr. ministro da justiça ha de acabar com esta vergonha, e dirá mesmo que, ou s. ex.ª ha de acabar com este e outros potentados, ou elles hão de acabar com s. ex.ª

A respeito da syndicança do Porto, lamenta que se desse publicidade a este acto; e acha muito coherente que o sr. ministro da justiça não se preste a dar, em sessão publica, explicações a respeito da syndicança, salvo se a camara resolver o contrario. Considera regular o procedimento do ministro, que chegando ao seu conhecimento que no Porto havia clamores contra os juizes da relação, mandasse syndicar para conhecer da verdade ou inexactidão d'esses clamores, mas desejava que tal syndicança se tivesse feito secretamente e não publicamente (O sr. *Lopes Branco*:—apoiado), e a razão era porque o governo do modo como obrou, deu força officio aos clamores ou boatos que corriam no publico (O sr. *Lopes Branco*:—apoiado); e desejava menos que depois de se tornar a syndicança publica e se dizer que alguns juizes estavam implicados n'ella, se tenha demorado por dois annos ou mais a resolução final d'este negocio, consentindo-se que portanto tempo um tribunal judicial estivesse vergando debaixo de impressões infamantes, ou julgando juizes que não devam julgar; e por isso pede que se empreguem todos os esforços para que esta questão termine quanto antes, para bem da causa publica.

Termina declarando novamente, que se dá plena e completamente satisfeito com as explicações do sr. ministro da justiça, e a camara assim o deve votar (apoiados).

A requerimento do sr. *Thomaz de Carvalho* julga-se sufficientemente discutida a materia do adiamento e mais propostas que estão sobre a mesa.

O adiamento proposto pelo sr. *Ferreira* é rejeitado, e igualmente a proposta do sr. *Henriques Secco*.

A proposito do sr. *Mello Soares* é approvada.

O sr. *Presidente*:—dá para ordem do dia de amanhã a que estava dada para hoje, e levanta a sessão.—*eram 4 horas e um quarto da tarde.*

Não disse, como se me attribue no extrato da sessão de 22 de fevereiro, que o sr. ministro da justiça chamára calumniador ao juiz de direito de Arganil, para repellir a affronta feita a s. ex.ª, mas disse, que se s. ex.ª capitulava de calumniosas as palavras do mesmo juiz de direito, era desculpavel, por talvez ter pensado que ellas lhe eram affrontosas, como a este ultimo igualmente o era pelas rasgas que produzi.

Quando se diz que eu procurei o sr. ministro para lhe entregar a representação da camara municipal de Tabua, deve entender-se que fallava de me haver dirigido ao sr. ministro do reino, na respectiva secretaria.

Tambem não affirmei, que nunca promovi, como magistrado, a captura dos criminosos; pois só affirmei o facto em relação a um individuo, dando logo a razão d'elle, o não se achar elle pronunciado a esse tempo.

Ha manifesto equivoco em fallar-se em administração do concelho de Tabua, quando só falei de Arganil.—*Henriques Secco*.

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Aveiro—No dia 12 foi novamente sondada a barra, achando-se de altura no paizamar sobre o banco 4^m 45, ou 18 palmos de 9 pollegadas.

Porto—O *Comercio do Porto* de segunda-feira 20, tratando da ultima representação dada por madame Ristori n'esta cidade, escreve o seguinte: «No sabado deu a companhia dramatica de madame Ristori a ultima recita de assignatura com a tragedia de *Giacometti Bianca Maria Visconti*. «Foi, como na vespera, uma delirante ovação a madame Ristori.

«Nos primeiros tres actos não dá a tragedia muita margem para se espreiar o genio immenso da grande tragica, porém nos dois ultimos o espectador vê, assemblado, todos os prodigios da arte de que Ristori tem o segredo!

«Os applausos foram extraordinarios e entusiasticos a mais não poder ser. As chamadas foram

tantas e tão repetidas, que ninguém, por certo, se lembrou de as contar.

«Madame Ristori foi lhrindada com tres lindas coroas de flores artificiaes e muitos ramos, sendo alguns d'estes muito mimosos e com lindas fitas.

«No final parecia que o publico não queria despende-se d'ali.

«O actor Majeroni teve uma chamada especial, e veio á scena com madame Ristori. Esta resposta de todas as vezes com o lenço aos centenas de lenços que nos camarotes e platá fluctuavam a dizer-lhe saudoso adeus.

«A concorrencia foi, como sempre, a mais não caber.

«Adelaide Ristori deverá conservar gratas recordações d'esta terra, que soube apreciar e admirar a sua soberania brilhante, de rainha da scena europaea.

Tratando dos obsequios feitos a madame Ristori, diz o *Porto e Carta*:

«O ex.^{mo} sr. conde de Terena deu hontem (17) um jantar a madame Ristori e a seu marido o Marquez del Grillo.

«Foi um banquete digno de quem o dava e da grande artista em obsequio da qual era dado.»

Amarante—Lê-se no *Jornal do Porto*, no boletim do governo civil, a seguinte noticia que serve de continução á que sobre o mesmo successo nós já publicamos:

«Pelas averiguações a que ultimamente procedeu o administrador do concelho de Amarante, consta que o homem que foi encontrado morto junto da estrada dos Padrões, de que fez menção o boletim d'este governo civil dos dias 6, 7 e 8, era natural de Penhaçoz, ia para Vizeu como criado de seus ouvidores de Guimarães, e que a morte d'elle não pôde ser attribuida a facto algum criminoso.»

Valença—O vapor *Rio Minho*, que navegava no rio d'este nome, foi para o Porto para ali se lhe fazerem os concertos de que carece, voltando logo que esteja prompto para começar a navegação entre a praça de Valença e a villa de Caminha.

Dando esta noticia escreve a *Ração* as seguintes linhas sobre os inconvenientes da falta de navegação a vapor no rio de que se trata:

«Não ha ninguém que desconheça a necessidade do vapor. A sua falta causou grande transtorno ao publico em geral, e com especialidade aos povos do alto Minho. Ha occasiões em que um passageiro sae de Caminha ás nove horas da manhã, e gasta oito horas pelo rio, quando no vapor apenas gastava tres, e algumas vezes menos.»

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos jornaes de Madrid até 20 do corrente, e de Paris até 17.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

—Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*:

Vienna, 17 de fevereiro—A *Gazeta austriaca* afirma que o gabinete de Vienna ainda não deu resposta ao despacho da França, relativo á solução da questão italiana.

Londres, 17—Confirma-se a noticia de que a Russia não approva as propostas do governo inglez, para o arranjo da questão italiana.

Paris, 17—O *Moniteur* publica a nota diplomatica, dirigida por mr. de Thouvenel ao embaixador do França em Roma, relativamente ao tratado da Romania. Esse documento insiste em que o summo pontifice faça concessões.

Turim, 19—Diz-se que chegaram aos estados do papa novos soldados e officiaes austriacos que vão reforçar o exercito pontificio.

Dizem as correspondencias de Veneza que continua a emigração em grande escala.

O Piemonte tambem continua os seus armamentos.

No dia 17 do corrente chegou Fravi a Ferrara, e foi ali recebido com grande enthusiasmo.

Marselha, 19—Dizem as correspondencias de Roma que o emprestimo romano foi feito por capitalistas belgas, sendo o de 3% a 56 e o de 5% a 93.

Chegaram a Ancona, vindos de Trieste, 900 barcos.

Paris, 18—Foi hoje publicado o primeiro numero do jornal *Monde*, transformação de outro jornal *La Voie de la Vérité*, redigido pelos proprietarios do *Univers*, não entrando n'este numero mr. Veuillot.

Londres, 19—Lord John Russell disse nas camaras, que o governo recebera do embaixador inglez, em Vienna, informações relativas aos assumptos da Hungria, porém que não julgava conveniente que se desse publicidade a essas informações.

Lord Palmerston, respondendo a uma interpellação, disse que o tratado com a França é condicional, e como tal deve ser aprovado pelo parlamento. O governo, não obstante estar convencido de que os membros do parlamento pronunciarão uma decisão favoravel ao tratado, não quiz concluir definitivamente um convenio com a França, por quanto esse convenio podia ser reprovado pela camara dos communs.

Lord John Russell declarou que o governo da rainha tem a certeza de que a França não adoptará resolução alguma em relação á Saboya sem previo consentimento das grandes potencias, e que, em todo o caso, a annexação não terá logar sem a approvação do povo da Saboya.

do ministro da guerra, não auctorisavam esse movimento; porém apesar d'isso, e querendo arrostar com a responsabilidade que hoje pesa sobre elle de uma manobra tão grave, o brigadeiro Buceta deu ordem para o ataque. O resultado foi funesto. A falta, commettida pelo seu chefe, custou á guarnição 5 officiaes mortos, 2 chefes feridos, 13 officiaes feridos, 48 soldados mortos e 114 feridos. O inimigo era muito superior em numero, mas mesmo por esse motivo e por outras circunstancias se ordenára ao brigadeiro Buceta, que se conservasse tranquillo na praça. Este chefe foi immediatamente retirado do commando, e deram-se as ordens necessarias para que elle fosse preso, e para que compareça perante um conselho de guerra, a fim de responder pelo seu modo de proceder e pelas consequencias da imprudencia que commetteu. Segundo as noticias que temos, a *Gazeta* de hoje dará conta de tão triste acontecimento.»

PIEMONTE

Em Turim é esperada a todo o momento a publicação de um protesto, por parte da Austria, contra a annexação da Italia central ao Piemonte. As pessoas, que se dizem bem informadas, supõem que o gabinete de Vienna não se contentará em formular um protesto, e os boatos de guerra vão, de dia para dia, tomando maior caracter de verosimilhança.

A questão da annexação de Niza e Saboya á França continua preocupando vivamente os espiritos. Diz-se que a França insiste pela annexação, e que a resistencia do Piemonte começa a ser muito séria. D'esta opposição surgem algumas complicações, que podem tornar-se de summa gravidade.

O jornal *Lombardia* diz que o rei Victor Manuel deve dirigir um manifesto a todas as populações da Italia central, a fim de lhes dar conta do mandato que ellas lhe confiaram, pelo facto de se pronunciarem pela annexação. Esse manifesto será publicado dias antes de ter lugar a convocação das assembleas que devem renovar o seu voto.

Diz-se que o general Fanti, ministro da guerra, abriu no seu ministerio, um credito de 12 milhões de libras, a fim de fazer face a todas as eventualidades.

O barão Ricassoli, na impossibilidade em que se acha de ir a Turim, declarou, que de antemão approvava quaisquer resoluções que possam ser adoptadas pelo rei e por Fanti. (*Independente*.)

Tudo faz crer que as tropas francezas brevemente se reunirão na linha do Mincio, a fim de procederem a uma intervenção, caso Napoleão ou Roma queira atacar a Italia central. Foram já dadas as ordens necessarias para que o exercito francez seja fornecido com abundancia de provisões.

AUSTRIA

A *Gazeta de Colonia* afirma que o marechal, principe de Hesse, vai partir para S. Petersburgo, encarregado de uma missão diplomatica particular. Como se sabe, antes de rebentar a guerra da Italia, o principe de Hesse foi encarregado de uma missão analoga junto do imperador Alexandre.

O mesmo jornal diz que o gabinete austriaco muito brevemente enviará aos seus agentes diplomaticos uma nota, a fim de expor as suas vistas relativamente á questão italiana. N'esse documento, a Austria pronunciar-se-ha com toda a energia contra a annexação, ao Piemonte, dos estados da Italia central.

PRUSSIA

O ministerio prussiano apresentou já á mesa da presidencia da camara dos representantes o projecto de reforma militar, annunciado pelo discurso do throno. A realisação do projecto augmentará sensivelmente as despesas do ministerio da guerra. Portanto o governo propõe a prorrogação da lei que augmenta de 25% o imposto sobre os rendimentos.

INGLATERRA

De accordo com as promessas de lord Palmerston, o tratado commercial concluido entre a França e a Inglaterra foi communicado em sessão de 10 do corrente á camara dos communs. Ao mesmo tempo lord Gladstone apresentou o orçamento. O exercicio de 1859 apresenta um saldo de receitas de 1.625.000 libras esterlinas. Em compensação o orçamento de 1860, sobre tudo em consequencia do tratado de commercio com a França, patenteia deficit de 9.400.000 libras. Lord Gladstone propoz a diminuição dos direitos em certo numero de artigos de consumo e a abolição do direito do sello nos jornaes. Para cubrir o deficit, lord Gladstone quer estabelecer um imposto sobre os rendimentos, que será de 10 pence por cada libra esterlina para os rendimentos de 150 libras, ou que sejam superiores a esta quantia, e de 7 pence para os rendimentos inferiores a 150 libras.

Calcula-se que o producto d'este imposto é superior a 8 milhões e o resto do deficit é cuberto por diferentes taxas.

Foi no dia 14 do corrente que os principaes membros do partido tory se reuniram em casa de lord Derby, a fim de traçarem o seu plano de opposição ao ministerio. A sua resolução era esperada com certa impaciencia, attenta a influencia que ella pôde exercer na solução das questões pendentes. «Seria absurdo, diz a este respeito o *Morning Chronicle*, desconhecer a importancia numerica dos tories, ou pelo menos da opposição, na camara dos communs, e se elles votarem como se fossem um só homem, é fóra de duvida que terão uma acção consideravel nos destinos do paiz.»

Se vê por esta declaração que importancia se ligava á decisão do *meeting* convocado por lord Derby. O *Chronicle* censura os partidarios de lord Derby por quererem servir de obstáculo á solução da questão italiana, paralyzando a politica commercial do governo actual, annullar o tratado de commercio, e sobre tudo por quererem destruir a aliança entre a Inglaterra e a França. Todavia o jornal inglez, tomando em consideração os calorosos protestos de alguns dos chefes tories a favor d'essa aliança, manifesta a esperança de que nem todos os conservadores farão uma opposição acinosa ao governo.

Pela multiplicidade das questões que envolve o orçamento será o terreno da luta, quando esta tenha lugar. A exposição financeira de sir Gladstone parece ter sido geralmente bem acolhida. O *Morning Herald*, principal órgão do partido tory, tece-lhe os maiores elogios. É verdade que esses elogios podem ser considerados como ironicos, por quanto só dizem respeito ao orçamento da marinha, cujas despesas estão calculadas em harmonia com o augmento das forças navaes da Inglaterra. O *Morning Herald* felicita-se por ver que o actual ministerio, seguindo o exemplo do seu predecessor, pensa em organizar uma forte reserva maritima e uma esquadra do estreito respectavel. «O tratado com a França, acrescenta o jornal inglez, não terá menos valor, por quanto nós teremos uma especie de garantia material no augmento da nossa esquadra. Todavia se é necessario que todos os annos continuemos a dispendir um milhão para augmentarmos a nossa marinha e conciliarmos a amizade da França, o paiz tem direito a perguntar se essa amizade não é mais prejudicial do que a inimidade.»

Na reunião de que acima fallamos, lord Derby declarou aos seus partidarios que não tencionava fazer cair o gabinete, mas que só queria fazer uma demonstração contra elle, por occasião do orçamento. Segundo affirmo o *Morning-Post*, a demonstração preictada diz respeito a quatro pontos: o augmento do imposto sobre os réditos; abolição do di-

reito sobre a fabricação do papel; a extensão das licenças para a venda de cerveja; e o artigo relativo á exportação do carvão, que figura no tratado com a França.

Na camara dos lords, a opposição continua a manifestar-se por uma serie de interpellações não interrompidas.

—A Inglaterra, como se sabe, reclamou ultimamente contra o tratado relativo aos direitos de portagem recebidos pelo Hanover, de todos os navios que atravessam o Elba. O governo hanoveriano propoz então ao gabinete inglez que essa questão fosse decidida por meio de negociações separadas entre as duas potencias. Essa proposta foi rejeitada pelo governo inglez, que exige que os estados interessados se reúnam em conferencia geral para resolverem a questão da indemnisação. (*La Patrie*.)

ESTADOS UNIDOS

Dizem as ultimas correspondencias de Washington que, segundo todas as probabilidades, a camara dos representantes será organizada dentro em poucos dias. Os democraticos e os americanos do sul reuniram os seus votos para a presidencia a favor de Smith, da Carolina do Sul. O resultado da ultima votação foi o seguinte: numero de votantes, 228; maioria exigida 115. Sherman, 106; Smith, 112; Corwin, 4; listas inutilizadas, 6.

Um despacho telegraphico de Boston diz que o candidato Sherman se retirará, e que os republicanos propoem Comen, do Ohio, ou o antigo governador do New Jersey. (*Morning Herald*.)

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO IMPERIO D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m. 756,23	8,9	81,0	NNE.
3 t. 755,65	12,1	45,9	N.

DIA 22.	
Maxima — temperatura	19,8 C.
Minima — — — — —	7,9 —
Ozone (de noite)	6,0
(de dia)	8,0
Chuva (udometro)	2,4 Mil.
Evaporação (vapormetro)	3,1 —
Altura barometrica correcta.	
Altitude do barometro 55,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

NOTICIAS COMMERCIAES

ALFANDEGA DO PORTO	
Receita da alfandega de 1 a 17 de fevereiro...	85:730:904
Idem no dia 18	12:400:910
	98:139:814

MOVIMENTO DOS VINHOS E AGUARDENTES

Fevereiro, 18	
MANIFESTADO PARA DEPÓSITO	
Vinho...	Pipes Alm. Can. 25 10 6
Aguardente...	7 6 —

DESPACHADO PARA CONSUMO	
No Porto	
Vinho maduro...	Pipes Alm. Can. 6 18 6
Dito verde...	1 — —

Em Villa Nova	
Vinho maduro...	Pipes Alm. Can. 2 — —
	2 — —

DESPACHADO PARA EXPORTAÇÃO	
Vinho...	Pipes Alm. Can. 85 9 2
Aguardente...	1 — —

PRAÇA DO PORTO, 20 DE FEVEREIRO

METAES	
Pecas de \$8000 — a prata...	Compra 8300 Venda 8300
Oncas hespanholas — a ouro...	153200 153300
Ditas mexicanas — a ouro...	143000 143200
Soberanos — a prata...	45490 45500
Ouro cerceado — a ouro...	13890 26000
Patacas hespanholas — a prata...	3940 3960
Ditas brasileiras — a prata...	3920 3950
Ditas mexicanas — a prata...	3920 3950
Prata em barra — a ouro...	5126 1/2 5127
Cinco francos — a ouro...	4880 5900

O vapor *Lusitania*, entrado hontem, procedente de Lisboa, trouxe para esta cidade 2.004.000 réis, sendo 800.000 réis para Cerqueira da Gama & Braga, e 1.204.000 réis para Bento Luiz Ferreira Carmo. (*Commercio do Porto*.)

Direitos percebidos em Inglaterra sobre os artigos importados de França

Na revista ingleza, o *Economist*, vimos um documento commercial, que tem nas actuaes circunstancias um particular interesse; é a estatística dos direitos percebidos em Inglaterra sobre os diferentes artigos importados de França durante o anno de 1858. Esses direitos formam, como se vê do seguinte mappa, uma totalidade superior a 43 milhões de francos, dos quaes 20.624.000 francos se applicam á aguardente e a outras bebidas espirituosas, 6.892.550 ao assucar, 5.386.375 ás sedas, e aos vinhos 4.121.375.

Cestos	51525
Manteiga	178725
Porcelanas da China e ordinarias	41775
Relogios de parede	98200
Café	107775
Ocos	458350
Flors artificiaes	510300
Fructas	193675
Rendas	46450
Botas, chapatos, e outros artigos de couro	222075
Livras	1220225
Instrumentos de musica	117375
Oleos aromaticos	59200
Tapeçarias, papel, etc.	167825
Tranças de palha para chapéus	29050
Sedas	5386375
Aguardentes e outras bebidas espirituosas	20.624.000
Assucar	6.892.550
Chá	358350
Talco	1317400
Relogios de algarbeira	873500
Vinho	4.121.375
Francos	43.007.475

Importação de vinhos do Cabo em Inglaterra
A quantidade de vinhos importada do Cabo em Inglaterra augmentou muito rapidamente nos ultimos 5 annos. Em 1854 foram importados 282.043 galões; em 1855, 369.477; em 1856, 493.524; em 1857, 654.837; e no ultimo anno, a quantidade de vinhos do Cabo, consumidos no reino unido, foi de 797.092 galões. O valor d'este artigo augmentou, durante o periodo acima dito, de 49.357 dollars a 178.559 dollars. Depois da lã é a exportação mais importante da colonia. (*Cape and Natal News*.)

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)
Bolsa de Madrid, 23 de fevereiro — 3% consolidado a 44,45 — 3 dito differido a 34,45.

Bolsa de Paris, 23 de fevereiro — 3% franceza a 68,20 — 4 1/2 dito a 97,80.
Bolsa de Londres, 23 de fevereiro — Consolidados de 95 1/2 a 95 1/4.

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA
Dia 23 de fevereiro de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS
Flor do Guadiana, hiate portuguez, mestre J. S. Faca, de Villa Real de Santo Antonio em 10 dias, de Sagres em 3 e de Sines em 24 horas, com trigo e mais generos; 8 pessoas de tripulação e 1 passageiro que é Francisco de Paula, artista portuguez. Leopoldina e Amelia, patacho portuguez, capitão J. F. da Costa, da ilha de S. Thiago de Cabo Verde em 38 dias, com semente de purgueira e mais generos a Reis & Amorim; 12 pessoas de tripulação e 1 mala.

Urania, escuna dinamarqueza, capitão M. Mildestein, de Kiel em 13 dias, com trigo a O. Herold & Comp.; 8 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAIDAS
Fréna, patacho francez, capitão J. F. Cousin, para Dunkerque, com sal; 7 pessoas de tripulação. Foi registado hontem e saiu hoje tendo-se demorado na esquadra de Paço de Arcos.

De Hoop, escuna hollandeza, capitão J. Mannken, para Setúbal, com sal; 7 pessoas de tripulação.

Restaurado, hiate portuguez, mestre J. J. de Puga, para Vianna, com arroz, azeite e mais generos; 6 pessoas de tripulação.

Primavera, rasca, mestre J. S. Marçal, para Cozimbira com sal; 7 pessoas de tripulação.

Restauração, cahique do Arsenal.
Conceição Bomfim, hiate portuguez, mestre J. da Silva, para Sines, com madeira e cortiça, 6 pessoas de tripulação e 1 passageiro que é João Modesto, trabalhador portuguez.

City of Nantes, vapor inglez, capitão W. Francis, para Londres, com vinho, e mais generos; 15 pessoas de tripulação.

Lusitania, paquete portuguez a vapor, capitão J. X. Contente, para o Porto, com fazendas; 31 pessoas de tripulação e 34 passageiros.

Ramblor, escuna ingleza, capitão J. Bell, para Londres, com fructa, e mais generos; 6 pessoas de tripulação.

S. Lourenço, hiate portuguez, mestre M. A. Vieira, para S. Martinho, com ferro; 6 pessoas de tripulação.

Dez de Outubro, hiate portuguez, mestre J. J. da Silva, para Caminha, com sal e encomendas; 8 pessoas de tripulação e 1 passageiro que é Gaspar Teixeira, servente portuguez.

Jesus Maria José, cahique portuguez, mestre José Peres, para Tavira, com arroz, e encomendas; 8 pessoas de tripulação.

Novo Viajante, cahique portuguez, mestre R. Antonio, para Tavira, com cebolla, e mais generos; 9 pessoas de tripulação, e 4 passageiros que são: João Maravilha, negociante; João Correia, Manuel de Jesus, João Baptista, maritimos; portuguezes.
Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 23 de fevereiro de 1860. — J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

BARRA DE PENICHE

(PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS PELO CORREIO)
Nos dias 7 a 14 não entrou embarcação alguma.

EMBARCAÇÕES SAIDAS EM 15
Senhora das Necessidades, cahique portuguez, mestre José dos Santos, para Setúbal, com sal; 6 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÃO ENTRADA EM 17
Bom Fim e Almas, cahique portuguez, mestre Francisco José dos Anjos, da Figueira em 1 dia, com sal; 9 pessoas de tripulação.

Não saiu embarcação alguma.

No dia 18 não entrou embarcação alguma.

EMBARCAÇÃO SAÍDA

Senhora do Rosario e Almas, cahique portuguez, mestre Antonio da Luz, para Lisboa, com vinho, lenha e encomendas; 9 pessoas de tripulação.
Capitania do porto de Peniche, em 19 de fevereiro de 1860. — O patrio-mór servindo de capitão do porto, José Joaquim Antão.

BARRA DE S. MARTINHO

EMBARCAÇÃO ENTRADA EM 9

Nascimento Feliz, hiate portuguez, mestre José Pinto de Campos, de Vianna em 3 dias, com milho; 8 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÃO SAÍDA
Santa Rita, cahique portuguez, mestre Manuel do Rosario, para a Figueira, com sardinha; 9 pessoas de tripulação.

Tempo de aguaceiros. — Vento de rajada fresca do quadrante de ESE.

No dia 10 não entrou nem saiu embarcação alguma. — Mar agitado na barra, que não deixou sair barco algum. — Bom tempo. — Vento fresco, NNE. NE.

No dia 11 não entrou embarcação alguma.

EMBARCAÇÃO SAÍDA

Senhora das Neves, hiate portuguez, mestre José Maximo de Barros, para Villa Nova do Portinho, com varios generos; 5 pessoas de tripulação e 1 passageiro.

Vento ENE. bonança. — Mar bom na barra.

No dia 12 não houve novidade.

No dia 13 não houve novidade n'este porto. — Vento ENE.

Capitania do porto de S. Martinho, em 13 de fevereiro de 1860. — Manuel Leocadio de Almeida, capitão do porto.

AVISOS

MONTE PIO DA CASA REAL

Sua ex.^a o sr. duque da Terceira, presidente da assembleia geral, convida todos os socios a comparecer na sala das sessões da mesma assembleia ás onze horas da manhã do proximo domingo 26 do corrente, a fim de lhes ser presente o parecer da commissão de exame de contas, com respeito ao 2.º semestre do anno findo, e elegem a junta administrativa, thesoureiro e escrivão do cofre para servir no presente anno.
Lisboa, 22 de fevereiro de 1860. — O secretario, Augusto Zacharias Leforte.

ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

De ordem do ex.^{mo} presidente da assembleia geral, e em virtude do artigo 39.º dos estatutos, são convocados todos os socios para a reunião da assembleia geral extraordinaria, que deverá ter lugar no domingo, 26 do corrente, pelas onze horas da manhã, no local do costume, para os fins marcados no n.º 11 do artigo 33.º dos mesmos estatutos.
Sala das sessões da assembleia geral, 20 de fevereiro de 1860. — Joaquim José do Valle, 2.º secretario.

MONTE PIO DAS SECRETARIAS D'ESTADO

Não podendo ter lugar, por motivos imprevistos, a reunião d'este monte pio, annunciada para domingo 26 do corrente, s. ex.^a o conselheiro presidente

da assembleia geral convida todos os srs. socios a comparecerem, para os fins já designados, no local do costume, ás onze horas da manhã do dia 4 do proximo mez de março.

Nos termos dos estatutos as deliberações que então se tomarem terão validade, seja qual for o numero de socios presentes.

Lisboa, em 23 de fevereiro de 1860. — Joaquim Victor da Silva Teixeira de Gusmão, secretario da mesa da assembleia geral.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

De ordem do sr. vice-presidente da assembleia geral é convocada a mesma a reunir-se no sabbado 25 do corrente, pelas sete horas da noite, para discutir e votar o parecer do conselho fiscal sobre o relatório e contas da direcção, e proceder á eleição do novo conselho e direcção.

Igualmente se previnem os srs. socios de que o mencionado parecer se acha patente na sala da associação por espaço de oito dias.

Lisboa e sala da associação, aos 16 de fevereiro de 1860. — F. A. M. de Figueiredo, secretario da mesa.

SOCIEDADE HUMANITARIA DE S. MAMEDE

De ordem do ill.^{mo} sr. presidente da assembleia geral são convidados os socios no gozo dos seus direitos a reunirem sexta feira 24 do corrente, pelas sete horas da tarde, a fim de poder ter lugar a eleição da nova direcção, e a continuação da discussão da reforma dos estatutos.

Sala das sessões da sociedade humanitaria de S. Mamede, em 22 de fevereiro de 1860. — Servindo de secretario, José da Cunha e Oliveira Junior.

FUTURO SOCIAL

Continuam as palestras litterarias segunda feira, 27 do corrente, pelas sete horas da noite, nas salas do centro promotor, versando a discussão sobre os *deveres e direitos dos cidadãos*, sendo permitido o direito de discussão a todas as pessoas, mesmo estranhas á associação. — O secretario, A. A. da Silva Lobo.

ANUNCIOS

1 PELO JUIZO DE DIREITO DE ELVAS, e cartorio de Guilherme, são chamadas por editos de quinze dias, com pena de lancoamento, todas as pessoas que se ligaram ao direito á curadoria dos bens de Antonio Luiz Nunes da Gama, para virem nesta qualidade habilitar-se na primeira audiencia, findos que foram, ou contestar os artigos de habilitação, que por parte de Barnabé Rodrigues Tonorio se hão de apresentar, como cessionario de Maria do Rosario, e de Francisca Rosa do Carmo Mattos, e seu marido Thomaz Antonio Vaz, unidos herdeiros presumptivos do dito ausente ha longos annos de parte incerta.

2 NO JUIZO ORDINARIO do julgador de Terras de Bouro, comarca de Villa Verde, e cartorio do escrivão Lago, correm editos de quinze dias e mais diligencias para a curadoria dos bens do ausente Manuel Lopes, que foi da freguezia de Gondomar do dito julgador, a requerimento de Anna Dinia, e filha e genro, Joaquina Dias e João Baptista de Barros, do logar de Perginho, da freguezia de Chamoim, do mesmo julgador, como meirae e representantes de seu fallecido marido, pai e sogro, Francisco José Rodrigues, que foi da dita freguezia de Chamoim, e este como comprador e cessionario do direito e acção da parte dos bens e herança do dito ausente, pertencente a seu irmão Antonio de Barros, o que se faz publico para os fins do artigo 313.º da Nov. Ref. Jud.

3 NO JUIZO ORDINARIO do julgador de Terras de Bouro, comarca de Villa Verde, e cartorio do escrivão Leite, correm editos de quinze dias e mais diligencias para a curadoria dos bens do ausente Manuel Lopes, que foi da freguezia de Gondomar do dito julgador, a requerimento de Anna Dinia, e filha e genro, Joaquina Dias e João Baptista de Barros, do logar de Perginho, da freguezia de Chamoim, do mesmo julgador, como universal herdeira dos bens do dito ausente: o que se faz publico para os fins do artigo 313.º da Nov. Ref. Jud.

4 PELO JUIZO DE DIREITO DA 1.ª VARA, escrivão Jacome, se affirmam editos de quinze dias, citando e chamando todos os credores ao caso do fallecido Simão Filipe Rodrigues Branco, para apresentarem seus titulos no referido prazo, no inventario a que se está procedendo entre maisores, do qual é inventariante Antonio José da Motta, com a pena de lancoamento.

5 PELO JUIZO DA 2.ª VARA, escrivão Cabral, se affirmam editos de trinta dias, citando todas as pessoas ou corporações de bens do ausente Manuel Lopes, que foi da freguezia de Gondomar do dito julgador, a requerimento de Anna Dinia, e filha e genro, Joaquina Dias e João Baptista de Barros, do logar de Perginho, da freguezia de Chamoim, do mesmo julgador, como universal herdeira dos bens do dito ausente: o que se faz publico para os fins do artigo 313.º da Nov. Ref. Jud.

6 PELO JUIZO ORPHANOLOGICO DA 2.ª VARA, e cartorio do escrivão Martins, se ha de proceder no dia 7 de março proximo, pelas onze horas da manhã, no tribunal da Boa Hora, á venda e arrematação de uma propriedade de casas, situada na rua do Poço dos Negros, com os n.ºs 50 a 53, e para a travessa do Guadiana, com os n.ºs 12 a 14, freguezia de Santa Catharina, fôrta em 33205 réis avultos, com lancoamento de vintena, ás relições do convento da Esperança, avaliada na quantia de 1.800.000 réis, a qual pertence ao casal da fallecida D. Emilia Candida da Conceição Grillo Loureiro, de que é inventariante o viuvo seu marido Alexandre Caiado de Gamboa Loureiro.

7 PELO JUIZO DE DIREITO DA 3.ª VARA d'esta cidade de Lisboa, e cartorio do escrivão Raymundo Xavier Coutinho, correm editos de vinte dias para arrematação, por sub-rogação, dos bens situados no districto de Freixo de Espinho de Cinta, que constituem o dote de D. Maria Constancia Julia Pedrosa, casada com José dos Santos Costa; devendo ter lugar a dita arrematação por sub-rogação por inscripções da junta do credito publico, de juro de 3 por cento, no dia 10 do proximo mez de março, no tribunal da Boa Hora, ás onze horas da manhã.

8 PELO JUIZO DE DIREITO DA 3.ª VARA, escrivão Monteiro, correm editos de dez dias, a requerimento do Visconde de Benagual, para se julgar livre e desembaraçada a quantia de 350.000 réis, consignada no deposito publico no liv. 137, a fl. 365, da 2.ª repartição, pela camara municipal, da expropriação de um terreno no sitio dos Prazeres: as pessoas que tenham a oppor-se vão deduzir seu direito no dito prazo ao referido cartorio, com a comminação de lancoamento e revelia.

9 PELO JUIZO DE DIREITO E ORPHÃOS DA 3.ª VARA, escrivão Gentil, se ha de proceder no dia 14 do proximo mez de março, ás onze horas, no tribunal da Boa Hora, á arrematação de uma propriedade de casas, pertencente ao casal do fallecido Manuel da Fonseca, situada na rua dos Correioes (rua travessa da Palha), freguezia de S. Nicolau, n.ºs 134, 136, 198, 200, 201, 206 e 208, pela numeração moderna, e pela antiga n.ºs 92 a 96, tendo tambem frente para a travessa de Santa Justa, para onde tem os n.ºs 42, 44, 46 e 48, pela numeração moderna, e pela antiga teve os n.ºs 9 a 11, a qual é livre de foro ou pensão alguma, acha-se avaliada na quantia de decimas e mais impostos, na quantia de 11.000.000 ré